

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FELIPE VAGNER SILVA DE FARIAS

O Orientalismo Revisitado- a cobertura da Veja ao islamismo e ao mundo
árabe no pós-11 de setembro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a ADRIANA FACINA GURGEL DO AMARAL

2012

FELIPE VAGNER SILVA DE FARIAS

O Orientalismo Revisitado- a cobertura da Veja ao islamismo e ao mundo árabe no pós-11 de setembro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Adriana Facina Gurgel do Amaral– Orientadora
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professora Doutora Giselle Martins Venâncio
Universidade Federal Fluminense – UFF

Professor Doutor Mauricio Barreto Alvarez Parada
Pontifícia Universidade Católica-PUC

NITERÓI

2012

Agradecimentos

À minha orientadora Adriana Facina pela orientação desde a graduação e pela ajuda na escolha do tema dessa dissertação, assim como por suas considerações acerca do desenvolvimento desse trabalho.

À professora Giselle por aceitar fazer parte da banca e por ter se mostrado sempre solícita em todas as vezes nas quais solicitei sua ajuda, assim como pelas considerações feitas quando do exame de qualificação.

Ao professor Maurício por ter aceitado participar da banca.

À minha esposa Daniela por sempre ter ficado ao meu lado, mesmo nos momentos nos quais a preocupação com o término desse trabalho tornava difícil essa convivência.

À minha filha, Lívia, cujo nascimento me motivou a terminar essa dissertação, mesmo quando as dificuldades tornavam sua redação cada vez mais difícil.

Ao amigo Anderson, pela ajuda na questões relativas à formatação desse trabalho, assim como pelas vezes que ofereceu sua casa e seu computador para eu acabar a redação do mesmo.

Aos meus pais Arinéa e Jorge , à minha sogra Maria.

À todos que de alguma forma contribuíram e /ou incentivaram a realização desse trabalho.

Resumo:

Este trabalho visa a analisar a cobertura da revista *Veja* ao islamismo e ao chamado “mundo árabe” no pós-11 de setembro. Destacando como a revista, em consonância com grande parte da imprensa mundial, utilizou o conceito de cultura para justificar mais uma missão civilizadora estadunidense. Neste sentido, o artigo analisa a postura de alinhamento da *Veja* aos interesses estadunidenses, mostrando como ela justifica as intervenções armadas dos Estados Unidos, e como adere a estratégia utilizada por Washington de criação de um novo inimigo, contribuindo assim para conferir ao islamismo o status de uma religião belicosa e potencialmente ameaçadora à paz mundial e à “civilização ocidental”. Destacando também como a *Veja* ignorou o papel da política estadunidense para o Oriente Médio no fortalecimento do antiamericanismo na região e no aumento dos ataques terroristas.

Palavras chave: Orientalismo, *Veja*, cultura, terrorismo

Abstract

This work aims to analyze the coverage of *Veja* magazine to Islam and called the "Arab world" in the post-September 11. Highlighting how the magazine in line with much of the world press, used the concept of culture to justify one more mission U.S. civilizing. In this sense, the article analyzes the posture alignment See to U.S. interests, showing how they justify the armed intervention of the United States, and adheres to the strategy used by Washington to create a new enemy, thereby helping to check the status of Islam a warlike religion and potentially threatening to world peace and "Western civilization". Highlighting how the See also ignored the role of U.S. policy in the Middle East in the strengthening of anti-Americanism in the region and increase in terrorist attacks.

Keywords: Orientalism, *Veja*, culture, terrorism.

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1- O 11 de setembro e Orientalismo na imprensa	12
1.1- Considerações sobre a editora Abril e a revista Veja	12
1.2- O 11 de setembro e o Orientalismo revisitado	22
1.3-Considerações sobre o fundamentalismo	33
1.4-O 11 de setembro na Veja	42
Capítulo 2- A guerra do Iraque e a defesa dos interesses estadunidenses	52
2.1-A guerra do Iraque.	52
2.2-Veja e a defesa dos interesses estadunidenses	60
Capítulo 3- Sobre imperialismo e cultura	80
3.1-O 11 de setembro e o debate sobre o imperialismo.	80
3.2-Cultura e Civilização.	90
Considerações finais	95
Bibliografia	99

Introdução

Os atentados de 11 de setembro de 2001 além de contrariar a imagem invulnerabilidade dos Estados Unidos- que seu incomparável poder bélico e sua arrogância imperial faziam supor - promoveu uma série de mudanças nas relações internacionais, assim como serviu como justificativa para a implementação de várias medidas, há tempos elaboradas, pelos estrategistas de Washington.

A imprensa assumiu um importante papel no sentido de proclamar o advento de uma nova era na qual a religião islâmica e o “mundo árabe “ em geral passariam a ser considerados potenciais ameaças à paz e a “civilização Ocidental ” .Assim tem início uma profusão de discursos que buscam entender os atentados de 11 de setembro de 2001 como sendo um produto inevitável de uma “civilização” que não tolera os ideais de democracia, liberdade que caracterizariam o Ocidente em geral e, em especial, seu mais representativo integrante – os Estados Unidos.

Essas ideias encontram suas origens na teoria do “choque de civilizações” enunciada por Samuel Huntington a qual defendia que questões culturais e não mais econômicas ou políticas seriam preponderantes no mundo .E as principais tensões se dariam através das relações/disputas entre a “civilização islâmica” e a “civilização Ocidental”

Nesse sentido o surgimento de grupos terroristas e de manifestações de fundamentalismo religioso seriam explicadas com base na “cultura” de cada povo. Portanto a cultura e não mais as questões raciais seria o elemento principal de alterização entre povos.

Segundo Adriana Facina,¹ a antropologia moderna principalmente a corrente filiada ao pensamento de Boas adotou uma perspectiva plural de cultura.Sendo significado do termo ampliado, para abranger não só o que era considerado "obras do espírito" (como a arte, a literatura, a filosofia), mas também modos de vida, práticas religiosas, rituais, valores e normas que informavam a organização social, entre outras coisas.No seu embate com contra os evolucionistas,que trabalhavam com a noção de progresso e com metáforas darwinistas, e as teorias raciais que grassavam nas últimas

¹ FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2004.pg..16

décadas do século XIX e no início do século XX, período no qual a Antropologia se desenvolvia como disciplina acadêmica nos EUA, os antropólogos lançaram mão do conceito de cultura para explicar a diversidade existente entre as sociedades humanas. Neste sentido, prossegue a autora, essa diversidade, em vez de ser explicada por critérios biológicos ou ambientais, geralmente marcados por uma hierarquização que valorizava a "raça branca" e a sociedade européia deveria ser compreendida como fruto de inúmeras culturas dos mais variados povos. Além de negar a possibilidade de se comparar de modo hierarquizado essas culturas, em que algumas seriam consideradas superiores ou mais desenvolvidas do que as outras, essa relativização das diferenças entre as sociedades humanas também aponta para outra questão importante: ao contrário da idéia de "raça" característica inata aos indivíduos, a cultura implica um processo de aprendizado, assim como a capacidade das coletividades humanas de elaborarem e, portanto, transformarem sua própria história.

Ainda de acordo com a autora, esse culturalismo, embora parta de um humanismo relativista, paradoxalmente abre o flanco para usos e abusos da noção de cultura para explicar (e justificar) desigualdades entre os seres humanos. A simplificação desse tipo de pensamento feita por uma certa vulgata culturalista leva a uma perspectiva anti-humanista, tomando por base dois princípios fundamentais. Em primeiro lugar, a cultura é absolutizada, transformada em uma segunda natureza praticamente imutável, tornando-se a instância determinante para explicar não qualquer fato social, mas preferencialmente aqueles que dizem respeito a agrupamentos humanos considerados estranhos ou, até mesmo, numa versão mais preconceituosa, inferiores. Em segundo lugar, ao invés de apontar para a diversidade e para a pluralidade de aspectos das sociedades humanas, esse tipo de culturalismo cria uma suposta homogeneidade ao descrever "a cultura" de um determinado grupo, ignorando diferenciações fundamentais, assim como a vinculação da cultura com outras dimensões da vida social, como as relações econômicas, por exemplo.

Dentro desse contexto, podemos analisar como o pensamento neo-conservador estadunidense utilizou o conceito de cultura para justificar o novo imperialismo por meio de uma missão civilizadora.

Essas idéias se fazem presentes na revista *Veja*, sobretudo no período que abrange de 11 de setembro de 2001 até março de 2004, ocasião em que a intervenção

armada dos EUA no Iraque completou um ano. Embora essa análise se limite a *Veja*, é importante notar que essa revista é parte de um processo de mundialização e de concentração da mídia que torna a geração de notícias algo cada vez mais padronizado, atingindo de modo particular as editoriais internacionais, nas quais as fontes principais de informação são as agências de notícias como a Reuters, a Associated Press, a France Press entre outras. Assim, de acordo com Dênis de Moraes:

“A oligopolização das mídias insere-se no painel de forte concentração de comandos estratégicos e de mundialização de conteúdos, mercadorias e serviços, facilitada pelas desregulamentações, pela supressão de barreiras fiscais, pela acumulação de capital nos países industrializados, pela deslocalização geográfica das bases de produção e, evidentemente, por redes tecnológicas de múltiplos usos.” (Moraes, 1998:59)²

Essa afirmativa permite sustentar a idéia de que a temática proposta é um elemento decisivo para a compreensão da globalização da comunicação, tal como ela se apresenta no caso brasileiro. Para isso, a pesquisa se voltará para um grande órgão de comunicação :a revista *Veja*, fazendo um levantamento e análise das reportagens e editoriais que abordam temas relacionados ao islamismo e ao que é chamado pela própria imprensa de “mundo árabe”

Para essa análise guio-me pelas idéias de Eliseo Verón, que sugere uma metodologia de análise ideológica dos textos de mídia de massa, perseguindo a semantização de acontecimentos produzidas pelos mesmos. No caso das revistas semanais, como produzem comentários acerca dos acontecimentos já conhecidos pelo leitor, a análise ideológica se faz ainda mais relevante. Nas palavras do autor:

² MORAES, Dênis. *Planeta mídia*. Tendências da comunicação na era global. Campo Grande, Letra Livre. 1998.p.59

“A revistas semanais (...) constituem uma espécie de ‘metalinguagem’, cujo referente é menos o acontecimento em si (caso da ‘notícia’) do que a atualidade enquanto discurso produzido pelos jornais. Esta característica das revistas semanais, a meu ver, torna-as particularmente estratégicas para o estudo das ideologias.”³

Devido ao fato da revista ser uma publicação semanal e considerando o período abrangido pelo trabalho, cabe aqui expressar a título de metodologia empregada, que embora toda a revista tenha sido consultada, concentrei minha análise na capa, “Carta ao Leitor”, “Páginas Amarelas”, na parte internacional e, quando presente na revista, na Seção especial dedicada ao tema.

Os capítulos foram elaborados e divididos da seguinte maneira: No primeiro capítulo, faço uma pequena análise acerca da Editora Abril e da revista *Veja*, destacando como se deu o surgimento da revista, quais grupos investiram na sua criação, a conjuntura na qual ela foi lançada. Busquei ainda mapear a influência da revista assim como ressaltar sua atuação durante períodos importantes da história brasileira. Procuro ainda mostrar as especificidades da revista sob o comando de cada Diretor de Redação e tento compreender como seria o “estilo *Veja*” de reportagem. Para essa análise utilizo sobretudo a tese de Carla Silva “*Veja: o indispensável partido neoliberal*”(1989-2002). Ainda no primeiro capítulo discuto como o 11 de setembro contribuiu de maneira decisiva para uma volta, ainda que sob novas bases, do “Orientalismo” na imprensa que exerceu um papel fundamental no sentido de caracterizar o islamismo e o chamado mundo árabe como ameaça à paz mundial e a “civilização ocidental”. Por fim analiso como o 11 de setembro foi abordado nas edições da *Veja*.

No segundo capítulo, abordo a postura de alinhamento de *Veja* aos interesses estadunidenses, mostrando como ela aderiu a estratégia de Washington de criação de

³ VERÓN, Eliseo. *Fragments de um tecido*. São Leopoldo, UNISINOS. 2004.p.93

um “novo inimigo”- indispensável á implementação de sua política externa expansionista.Como ela justifica o que pode ser considerado mais uma missão “civilizadora” elaborada pelos estrategistas neo-conservadores de Washington; assim como classifica de antiamericanismo qualquer posição contrária à política imperialista estadunidense.

No terceiro e último capítulo, baseando-me no livro “Literatura e Sociedade”, de Adriana Facina, tento fazer uma discussão acerca dos conceitos de cultura e civilização e como eles são usados de modo a justificar à hierarquização entre os povos e para explicar a pobreza de certos países.E faço uma discussão sobre o imperialismo americano, mostrando como ele se apresenta em sua forma mais coercitiva.

Capítulo 1:

O 11 de setembro e Orientalismo na imprensa

1.1-Considerações sobre a editora Abril e a revista Veja

De acordo com Matheus Henrique de Faria Pereira, o fundador da editora Abril, Victor Civita, nasceu em Nova York, no dia 9 de fevereiro de 1907. Porém, desde os dois anos, foi criado no país onde seus pais nasceram, a Itália. Aos 32 anos, Civita mudou-se para os Estados Unidos com a mulher e os dois filhos. Após morar 10 anos naquele país, foi passar férias com a família na Itália, onde reencontrou o irmão César, que vivia na Argentina, país onde fundara a Editora Abril. O irmão mais velho de Victor já havia sido responsável, na editora Mondadori, pelas versões das revistas Disney na Itália. Devido à Segunda Guerra, migrou para os Estados Unidos onde ganhou a licença da Walt Disney para publicar revistas na América do Sul.⁴

Victor Civita chegou ao Brasil, ainda de acordo com o autor, em 1949, com 42 anos. Foi convidado pelo irmão a assumir a filial brasileira da empresa argentina que havia sido fundada sob o nome de Editora Abril LTDA, em São Paulo, dois anos antes. A empresa era desdobramento da Editora Abril, criada em 1941 em Buenos Aires, César Civita. Oficialmente, a Editora Abril foi inaugurada no Brasil em junho de 1950, com a chegada às bancas de jornal do primeiro exemplar de O Pato Donald cuja edição vendeu 82.320 exemplares.⁵

Segundo Carla Silva, a história da Veja (e sua editora) é marcada pela utilização de padrões internacionais de jornalismo. E, assim como os demais órgãos de imprensa desde os anos 1950, tem na manutenção dos interesses hegemônicos norte-americanos um ideal inabalável. Assim agiram a editora e a revista desde a sua criação, inclusive durante o regime militar. Foi o processo de democratização e a influência da

⁴ PEREIRA, Matheus Henrique. *A máquina da memória (almanaque abril) – o tempo presente entre a história e o jornalismo*. São Paulo, Edusc, 2009. p.48

⁵ *Ibidem*, p.48

globalização, aliados a novas tecnologias, que impulsionaram o seu crescimento e a ampliação de suas atividades. Ressalta a autora, buscando equacionar os diversos interesses envolvidos de forma que o rumo do programa neoliberal se mantivesse.⁶

Carla Silva observa que o ano de 1950 é um marco na história da imprensa brasileira. Devido a dois fatores :a entrada de empresas multinacionais e do capital estrangeiro, e as conseqüentes influências dos padrões norte-americanos de jornalismo. Várias mudanças tornaram as empresas jornalísticas progressivamente dependentes do capital, principalmente o externo, para sua manutenção.

De acordo com a autora, a prática de uma imprensa objetiva não é uma questão menor se considerarmos que a Abri foi criada em 1950 e que desde seu começo se projetava a criação de uma revista como o caráter de Veja. E essas relações, prossegue a autora, permitem apontar elementos de organicidade da imprensa. Considerando que o modelo anterior “de opinião” fora abandonado, os jornais estariam livres para se colocar como empresas. O que implicou criar a aparência de objetividade e neutralidade, partindo da desvinculação direta com a sociedade política, mas ficando livre para agir partidariamente no sentido de classe. Assim a desvinculação formal de um partido político atende exatamente a esse interesse, pois o jornal não deixa de ser portador de “opiniões”, mas pode, dessa forma, se auto-proclamar “ independente.”⁷

Assim as influências das concepções empresarias na imprensa passam a ser muito fortes incentivadas não apenas pelos jornais brasileiros, mas também por órgãos da imprensa norte-americana, que pagavam cursos para que jornalistas brasileiros fossem em suas sedes conhecer sua forma de produzir jornalismo.⁸

Carla Silva ressalta que , na medida em que as empresas crescem, as máquinas e o próprio papel para impressão são importados, e cada vez mais caros pois são mais sofisticados, aumenta cada vez mais a dependência de fatores externos tais como :tecnologia importada, modelos jornalísticos; mas também internos: empréstimos,

⁶ SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Tese de Doutorado. Niterói UFF. 2005. p.37

⁷ Ibidem, p.38

⁸ Idem, p.38

incentivos fiscais. A fusão desses elementos acaba levando a comprometimentos políticos de todo tipo, em uma relação dupla :a nova empresa jornalística necessita do capital; o capital precisa da imprensa.Com a progressiva oligopolização, esses interesses se misturam. E, enfatiza a autora, não se trata apenas daquilo que os anunciantes supostamente obrigam a dizer, mas de que anunciantes e veículos têm necessidades comuns a construir e preservar.⁹

O que impulsionou o avanço tecnológico da imprensa brasileira foi a entrada de empresas multinacionais, também na área de comunicação, no Brasil. A partir do final dos anos 1950 acelerou-se a expansão dos grupos Time Life, Reader`s Digest, Washington Post(proprietário da Newsweek), em toda Europa e também na América Latina.No Brasil foi a Newsweek que se associou à criação de Veja, estabelecendo um contrato que durou pelo menos até 1988.Trata-se , afirma a autora, da própria história da revista Veja, a associação comas empresas e com o capital externo, criando uma aliança que propõe caminhos a serem seguidos no campo editorial, que passam pela formulação de projeto e programa de ação política.¹⁰

Carla Silva observa que o capital externo já sustentava a imprensa brasileira e que foram fortes suas investidas nos anos 1950 e 60, articulados a um projeto mais amplo. Ela cita o livro de Daniel Herz, “*A história secreta da Rede Globo*”, no qual o autor informa que o grupo *Time* que seria na sua definição a vertente mais reacionária e retrógrada do Partido Republicano que ambicionava manter em países como o Brasil bases anticomunistas. E ressalta, a autora, fica claro que as relações deste grupo mereceriam mais estudos, principalmente buscando os pontos de convergência de projeto.

Carla Silva aponta o final dos anos 90 como sendo o período no qual há uma ampla concentração das empresas midiáticas. E, por conta disso, quando pensarmos numa grande empresa jornalística no final do século XX, devemos buscar as suas ligações transnacionais diretas.¹¹

⁹ Idem, p.40

¹⁰ Idem,p.40

¹¹ Idem,p.49

Em relação ao campo publicitário, há também uma grande concentração e “o Brasil consolida-se como sexto mercado mundial e primeiro na América Latina, com faturamento de US\$12,8 bilhões” .O que leva ao maior investimento das Holdings no país, assim como a fusão de empresas nacionais.¹²

O grupo nos anos 1990 não se restringe a suas publicações.A Abril possui participação nos canais de televisão TVA, Direct TV, MTV, HBO Brasil, ESPN/Brasil, além de retransmitir os programas de vários outros canais .Esse sistema é chamado de Propriedade Cruzada, quando um mesmo grupo possui diferentes tipos de mídia do setor de comunicações.¹³

A editora percebeu com o sucesso de Realidade, que havia um novo nicho a ser explorado, ou seja, uma revista semanal que pudesse proporcionar ao leitor, ao mesmo tempo, síntese e aprofundamento, em consonância com a necessidade dos leitores economizarem tempo, numa época na qual as informações são produzidas vertiginosamente.O leitor moderno necessitava, na concepção dos editores, do máximo de informações no mínimo de tempo possível.Com esse intuito a revista *Time* foi criada em 1923.Assim de como destaca Maria Celeste Mira: “*Time* ou *Veja* ocupam, no mundo das revistas, o mesmo lugar que o *fast food* em relação aos hábitos alimentares: correspondem a um novo hábito de leitura que se introduz em um momento de modernização econômica das sociedades atuais.”¹⁴

Com relação a criação da *Veja*, Carla Silva destaca que a revista surgiu sob a influência da norte-americana *Time*, parte de um conglomerado de comunicações que também financiou a criação da Rede Globo de Televisão.E, observa a autora, os relatos sobre a história de *Veja* são dotados de uma certa mitificação, pois, sendo uma das revistas de maior sucesso editorial do país, isso influencia nas análises, altamente elogiosas .O projeto que deu origem à revista chamou-se “Projeto Falcão”, e foi preparado por Raymond Cohen. Ela aponta que são muito insuficientes os dados sobre

¹² MORAES,Denis.apud. SILVA, Carla Luciana Souza da.*Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*.Tese de Doutorado.Niterói UFF.2005

¹³ Silva.op.cit.p.53

¹⁴ MIRA.Maria Celeste.*O leitor e a Banca de Revista: a segmentação da cultura no século XX*.São Paulo.Olhos d`Água; FAPESP.2001 p.77

ele apontados na bibliografia. Praticamente se resumem à tiragem projetada, de 250 mil exemplares, e ao estabelecimento de 25 páginas de publicidade.¹⁵

Carla Silva chama a atenção para o fato de os jornalistas que trabalharam na fase inicial da revista terem sido selecionados em um processo que envolveu 1.800 candidatos, dos quais 250 foram classificados inicialmente e foram fazer um curso teórico e prático com duração de seis meses, em São Paulo, com todas as despesas pagas pela editora. Ela classifica como intrigante, uma revista que proclama a independência como bandeira central, ter convidado para dar palestras para esses candidatos, nomes como: general Sizenô Sarmiento, cardeal Agnelo Rossi, Miguel Reale, ministro Delfim Netto, ministro Jarbas Passarinho, entre outros, ou seja, nomes ligados à sociedade política nacional, incluindo ministros de Estado além de representantes das Forças Armadas e da Igreja Católica. Assim, afirma a autora, o que estava explícito era a necessidade de conhecer a realidade brasileira para poder intervir.¹⁶

Como relata Matheus Pereira, Veja foi lançada em setembro de 1968. O primeiro número vendeu 650 mil exemplares. Para o lançamento, fez-se um anúncio para ocupar páginas inteiras de todos os jornais das capitais do Brasil. O segundo vendeu 250 mil exemplares. A vendagem foi caindo até chegar a 16 mil exemplares.

O fracasso inicial das vendas da revista, observa Carla Silva, levou a uma crise na Abril. Porém, ressalva a autora, parece que os grupos que apoiaram a instalação da revista no Brasil realmente estavam dispostos a bancá-la mesmo a custo de alto preço. Os números do prejuízo aceitos pela editora estão em torno de US\$6,5 milhões de dólares (nos anos 1960). O que cria suspeitas de que, prossegue a autora, que ela percorreu um caminho próximo ao que fora feito por Roberto Marinho com a Rede Globo, ou seja recebendo apoio desses editoriais externos, ainda que, ressalva Carla Silva, essa questão mereça maiores investigações futuras.

Matheus Pereira informa que um documento da redação da revista datado de 2002, afirmava que a revista deveria tratar de forma aprofundada e analítica os fatos

¹⁵ Silva.op.cit.p.56

¹⁶ Ibidem,p.56

considerados mais importantes da semana. E outro documento da redação , dirigido aos jornalistas da publicação, permite perceber quais seriam os leitores supostos pela redação.¹⁷ Entre outros pontos, afirmava-se que “calão e termos chulos continuam proibidos, inclusive sob o disfarce de asteriscos. Esta é uma revista de família” e “não force a barra quando descrever as posses de alguém. .Nosso leitor é de classe média.”¹⁸

Segundo o relatório anual da Editora Abril de 2004 , a Veja é a quarta revista mais lida no mundo. Conforme a figura abaixo:



Dados relativos ao ano de 1999 mostram a seguinte ordem de tiragens das revistas nacionais: Veja 1117.000; Época 486.000; Isto é 354.000; Veja São Paulo 341.000; Caras 334.000; Veja Rio 116.000.

Diretores de redação

Carla Silva informa que Veja teve ao todo cinco Diretores de redação efetivos, os quais de maneiras diferentes marcaram a revista. A função de diretor engloba a elaboração de toda a revista , não apenas na sua parte editorial, mas também a execução gráfica e fechamento nos prazos previstos. A ele estão subordinados todos os editores da revista. É sua função a elaboração da Carta ao Leitor , bem como as decisões sobre a pauta , em conjunto com a presidência da Abril. Ele avalia junto com o diretor presidente a publicação semanalmente após a sua edição e discutem a revista da próxima semana.

¹⁷ Segundo Matheus, essa publicação seria “Informações sobre o estilo de Veja”.Mimeografado, s/data .Fornecido pela redação da revista.

¹⁸ PERREIRA,op cit.p.57-58

O primeiro diretor foi Mino Carta, que fez parte de sua criação e lançou a revista em contexto de ditadura. As dificuldades iniciais de criação estiveram sob seu comando, junto com Roberto Civita. Carta era reconhecido como um dos maiores jornalistas trabalhando no Brasil, e sua atuação na revista tinha uma relativa independência, em relação à direção da empresa. A autora ressalta que este período ainda não foi suficientemente estudado, e há uma tendência a mistificar o papel da equipe jornalística. De fato, a revista foi censurada, recebendo inclusive censura prévia, que obrigava a enviar todo material com antecedência a Brasília. Porém, ressalva a autora, havia também na revista, naquele período, manifestações que reivindicavam a necessidade da ditadura.¹⁹

Carla Silva observa que embora tivesse havido denúncias de tortura por parte da revista, a relação com o regime era contraditória. Mas a saída de Mino Carta foi solicitada pelo governo militar. Segundo a autora, baseada no livro do próprio Mino Carta: “O castelo de âmbar”, Civita ofereceu demissão de Millor Fernandes, que fora contratado por Carta, em troca de conseguir um empréstimo da Caixa Econômica Federal para saldar dívidas do exterior. Também os textos de Plínio Marcos incomodaram a ditadura, e levaram à auto-censura por parte da revista, num momento em que Carta estava de férias, episódio que é considerado a gota d’água para a sua demissão.

O segundo diretor, enumera Carla Silva, foi José Roberto Guzzo, que durante um curto período de tempo dividiu o cargo com Sérgio Pompeu, tendo como redator-chefe Carmo Chagas modelo adotado pela revista continuava sendo Time e Newsweek..

Quando ele assumiu, trouxe para a direção adjunta Elio Gaspari e para a chefia de redação a esposa desse, Dorrit Harazin. De 1979 a 1983, Gaspari foi diretor-adjunto e promoveu várias mudanças. (mario sergio conti. notícias do planalto. A imprensa e Fernando Collor). Carla Silva informa que em seu livro: “Notícias do planalto. A imprensa e Fernando Collor”, Mario Sérgio Conti conta que Gaspari trocou nesse período mais de 90% da redação de Veja, de forma que ela se adaptasse ao seu modelo de revista. Ainda baseada em Conti, ela observa que Gaspari era visto com restrições

¹⁹ Silva op.cit.p,62

por parte da redação, porque era visto por alguns como aliado da ditadura, um agente de Golbery do Couto e Silva na imprensa. Em 30/01/1991 Gaspari assumiu uma coluna quinzenal na revista, também escrevendo algumas reportagens especiais .Foi, pelo menos até 1994, um editor chave para a revista, cumprindo um papel de resolver tarefas difíceis para a revista , como por exemplo, entrevistar Delfim Netto, ou acompanhar uma caravana eleitoral de Lula.

Segundo Carla Silva, parece ter havido uma identificação entre o período dirigido por Carta e a censura prévia á revista, pois em dezembro de 1975, Mino Carta deixou a direção da revista e em abril de 1976 a censura prévia da revista acabou .Esse fato torna instigante a forma que a editora apresentou Geisel, como seu grande benfeitor, retirando todos os conflitos daqueles momentos de ditadura .As relações de Veja com os governos ditatoriais tiveram, portanto, importante marco na saída de Mino Carta da direção .E, por outro lado, nas influências de Gaspari, que tinha relações com membros do governo que lhe permitiam acesso a fontes privilegiadas, tendo tido uma relação estreita com o ex-presidente Geisel.²⁰

Durante o governo Figueiredo, quando a opção pela abertura política era irrevogável, Veja apostou, ainda que timidamente, na possibilidade de eleição de Aureliano Chaves , que manteria a coerência de seu antigo partido a UDN. Assim, prossegue a autora, o elo entre o programa de abertura econômica e regime militar parece estar vinculado á figura da “iminência parda” de Golbery do Couto e Silva, que viria a ter ligações estreitas com Elio Gaspari .É relevante que, na eleição de Tancredo, mesmo no contexto da abertura, a revista abriu espaço para Médici e Golbery, com a intenção de recuperar momentos positivos de seus governos.²¹

Os princípios liberais de Veja conviviam tranquilamente com a ditadura.

Guzzo deixou a direção da revista em 1991, Gaspari foi convidado para assumir a direção da revista, mas não aceitou, pois estava em Nova York escrevendo a obra que

²⁰ Ibidem, p.64

²¹ Idem, p.64

havia ficado devendo aos amigos ditadores, o que foi a oportunidade de mostrar suas relações umbilicais com a ditadura.²²

Com a saída de Guzzo, Mario Sérgio Conti foi convidado para o cargo de Diretor de Redação e fez duas exigências: um aumento no orçamento da revista para contratar a cúpula do Jornal do Brasil e um estágio em Time e Newsweek. Aceitas as exigências, Conti foi o terceiro diretor de Veja, responsável pelos editoriais do período do impeachment de Fernando Collor de Melo.²³

Em 1998, Tales Alvarenga, substituiu Mario Sérgio Conti e passou a ser o quarto Diretor de Veja. Carla Silva destaca que ele tinha tal sintonia com a revista que, ao sair, foi o único que se manteve na própria Veja, assinando uma coluna semanal de análise conjuntural, na qual suas posições liberais-reacionárias ficam ainda mais explícitas do que nos seus editoriais.²⁴

Em abril de 2004, Eurípedes Alcântara passou a ser o novo diretor. Luis Nassif relata que com a ascensão de Eurípedes, subiu também Mário Sabino, promovido a diretor-adjunto. Sabino veio do jornalismo cultural e deixou má impressão por redações por onde passou, pela truculência desmedida, tosca, que lhe custara piadas venenosas e maliciosas, como única forma de reação dos subordinados.²⁵

Segundo Nassif, Eurípedes e Sabino, tinham em comum a inexperiência com os chamados temas “duros” do jornalismo – política, economia e a grande reportagem. Sabino era da área cultural. Eurípedes trafegara pela editoria de Ciência e Internacional e como não tinham grandes recursos técnicos, passaram a exacerbar a agressividade, a desqualificação e a agressão gratuita. Assim nas palavras do próprio Nassif:

À medida que a queda de padrão da revista começava a despertar críticas, Eurípedes e Sabino desenvolveram uma tática de intimidação em cima dos jornalistas. Ataques a Alberto Dines, Luiz Weiss, Observatório da Imprensa. Depois, extravasando para outros jornalistas, como Kennedy Alencar,

²² Idem, p.66

²³ Idem,p.68

²⁴ Idem, p.69

²⁵ NASSIF.Luis.O caso veja.disponível em <http://sites.google.com/site/luisnassif02/>

Eliane Cantanhede, Luiz Garcia, Tereza Cruvinel, Franklin Martins. O recado estava implícito: nós temos um canhão; não se metam com a gente²⁶.

Nassif ressalta que ao longo dos últimos anos, duas vertentes determinaram o aprofundamento da deformação editorial da revista Veja. No comando, Eurípedes Alcântara e suas coberturas estranhas; nas entranhas, Mário Sabino, incumbido de coordenar a brigada dos “assassinos de reputação”.²⁷

Ainda de acordo com Nassif, Eurípedes, que passou a transitar pelo mundo da política e dos negócios sem dispor de conhecimento mais aprofundado, é altamente agressivo jornalisticamente limitado, porém habilidoso para disfarçar tanto a agressividade; quanto as fontes das coberturas. Seus braços na revista são Lauro Jardim e Diogo Mainardi.

Nassif relata que, o que ele chama de degradação jornalística da revista Veja, ocorreu devido a dois fenômenos simultâneos que abalaram a mídia nos últimos anos: a mistura da redação como a parte comercial e o afastamento dos princípios jornalísticos básicos.²⁸

E por fim descreve o que seria “o modelo Veja de reportagem” :

1. Levantam-se alguns dados verdadeiros, mas irrelevantes ou que nada tenham a ver com o contexto da denúncia, mas que passem a sensação de fazerem parte de um todo maior. Ou de que o jornalista, de fato, acompanhou em detalhes o episódio narrado.

2. Depois juntam-se os pontos ao bel prazer do repórter. Cria-se um roteiro de filme, muitas vezes totalmente inverossímil, mas calçando-o em cima de alguns fatos supostamente verdadeiros.

3. Para “esquentar” a matéria ou se inventam frases que não fora pronunciadas ou se confere tratamento de escândalo a fatos banais. Tudo temperado por forte dose de adjetivação.

²⁶ Nassif.op.cit,53

²⁷ Ibidem.p.54

²⁸ Idem.p,68

1.2-O 11 de setembro e o Orientalismo revisitado

Os atentados de 11 de setembro de 2001 marcaram profundamente o cenário mundial „seja pela originalidade do ataque ter ocorrido dentro do território americano, como destacou Noam Chomsky; seja pelas transformações que provocou na ordem mundial com a implementação de uma série de medidas coercitivas por parte do governo estadunidense tanto interna, quanto, principalmente externamente .Como a eleição de um novo “inimigo à paz mundial”e utilização freqüente da prerrogativa para invadir países importantes do ponto de vista econômico e geoestratégico.

Tamanha a amplitude e intensidade das implicações do 11 de setembro de 2001, que podemos enquadrá-lo na definição de evento proposta por Reinhart Koselleck, segundo a qual:

“a unidade de sentido que faz dos diferentes acontecimentos um evento é composta de um mínimo de “antes” e” depois ”.As circunstâncias ao longo das quais se dá um evento, seu antes e seu depois, podem ser estendidas; sua consistência permanece, entretanto, presa à sucessão temporal.(...)O que realmente aconteceu, justamente por conta da interdependência das ações e omissões, só pode ser visto decorridas as primeiras horas, o dia seguinte...”²⁹

O 11 de setembro de 2001, ou o evento 11 de setembro, para usarmos a definição de Koselleck, repercutiu de maneira contundente na mídia em geral e na sua relação com a sociedade.Dentre as implicações ocorridas na mídia, a mais significativa foi o resgate do Orientalismo.

Edward Said definiu o Orientalismo como um fato político e cultural, um processo de invenção de um Oriente que homogeneiza a alteridade dos “diferentes” e também informa práticas de dominação entre poderes desiguais. Nas suas palavras:

“o orientalismo não é um mero tema político de estudos ou campo refletido passivamente pela cultura, pela erudição e pelas instituições; nem é uma ampla

²⁹ KOSELLECK.Reinhart. Futuro Passado -contribuição à semântica dos tempos históricos.Rio de Janeiro.Contraponto.2006.p.134

e difusa coleção de textos sobre o Oriente; nem é representativo ou expressivo de algum nefando complô imperialista ‘ocidental’ para subjugar o mundo ‘oriental’. É antes uma distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos; é uma elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é feito de duas metades, o Ocidente e o Oriente), como também de toda uma série de ‘interesses’ que, através de meios como a descoberta erudita, a reconstrução filológica, a análise psicológica e a descrição paisagística e sociológica, o orientalismo não apenas cria como mantém; ele é, em vez de expressar, uma certa vontade ou intenção de entender, e em alguns casos controlar, manipular e até incorporar, aquilo que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); é, acima de tudo, um discurso que não está de maneira alguma em relação direta, correspondente, ao poder político em si mesmo, mas que antes é produzido e existe em um intercâmbio desigual com vários tipos de poder, moldado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como uma ordem colonial ou imperial), com o poder intelectual (como as ciências reinantes da lingüística comparada ou anatomia, ou qualquer uma das modernas ciências ligadas à decisão política), com o poder cultural (como as ortodoxias ou cânones de gosto, textos e valores), com o poder moral (como as idéias sobre o que ‘nós’ fazemos e o que ‘eles’ não podem fazer ou entender como ‘nós’ fazemos). Com efeito, o meu verdadeiro argumento é que o orientalismo é - não apenas representa - uma considerável dimensão da moderna cultura político-intelectual, e como tal tem menos a ver com o Oriente que com o ‘nosso’ mundo.”³⁰

Tariq Ali destaca que, uma torrente de imagens e descrições transformou os atentados de 11 de setembro nos mais visíveis, mais globais e mais bem divulgados nos atos de violência dos últimos 50 anos e procedeu-se a satanização dos árabes-muçulmanos.³¹

³⁰ SAID, Edward. *Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.2007.p.40

³¹ TARIQ, Ali. *Confronto de fundamentalismos. Cruzadas, jihad e modernidade*. Rio de Janeiro, Record.2002.p.28.

Na esteira dessa profusão de matérias sobre o acontecimento, nota-se na imprensa mundial uma série de discursos que buscam compreender esse acontecimento com base em noções como civilização e cultura, caracterizando o islamismo ou o “mundo árabe” como essencialmente diferente do Ocidente. Trata-se de um contexto de reinvenção do orientalismo, no qual a mídia exerce um papel crucial nos conflitos simbólicos ou ideológicos acerca da imagem do outro como inimigo a ser identificado. À diferença do discurso do fardo do homem branco, típico do período clássico do imperialismo, entre a segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, a idéia de cultura substitui a raça como elemento principal de alterização das populações não brancas.

Essas idéias remontam a 1993 ano no qual o cientista político Samuel Huntington lançou o livro “ O choque de civilizações”. Para Huntington, a derrota da União Soviética punha um ponto final em todas as disputas ideológicas, mas não na História, como defendia um outro cientista político: Francis Fukuyama em seu livro:”O fim da História e o último homem” .A cultura, e não a política ou a economia, dominaria o mundo.Ele enumerava oito culturas: ocidental, confucionista, japonesa, hindu, islâmica, eslava-ortodoxa, latino-americana e ,talvez, africana.(segundo Ali, Huntington não tinha certeza se a África era, de fato, civilizada). O potencial foco de tensão se daria entre "o Ocidente “ e o “Islã” uma vez que somente o Ocidente valorizava "o individualismo, o liberalismo, a constituição, os direitos humanos, a igualdade, a liberdade, as leis, a democracia, os mercados livres".

As idéias de Huntington vêm ao encontro da pretensão de Washington de utilizar uma base ideológica reconhecidamente legítima para defender seus interesses, pois segundo Bourdieu:

A especificidade do discurso de autoridade(curso, sermão etc) reside no fato de que não basta que ele seja compreendido(em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder) é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. ³²

³² BOURDIEU.Pierre.A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.São Paulo. Edusp,1998.p,91

Nesta perspectiva, os estrategistas estadunidense, viram no fato de Huntington ser um cientista político a possibilidade dele ser “o detentor do cetro, conhecido e reconhecido por sua habilidade e também apto a produzir esta classe particular de discursos”³³, conferindo assim a legitimidade necessária à implementação de qualquer política expansionista e/ou econômica estadunidense.

Edward Said contesta as posições que tratam a relação de povos diferentes dentro de uma perspectiva reducionista utilizando-se de rubricas falsamente unificadoras como “América”, “Ocidente” ou “Islã”, inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes uns dos outros, os defensores deste ponto de vista, segundo ele, não podem continuar tendo eficácia em seu poder mobilizador. Ainda de acordo com Said, a ação humana é passível de investigação e análise e a inteligência tem como missão apreender, criticar, influenciar e julgar; e, sobretudo, o pensamento crítico não se submete a poderes de Estado ou a imposições para cerrar fileiras com os que marcham contra este ou aquele inimigo sacramentado. Nas palavras do próprio autor:

“(…) Mais do que no choque manufaturado de civilizações, precisamos concentrar-nos no lento trabalho conjunto de culturas que se sobrepõem, tomam isto ou aquilo emprestado uma à outra e vivem juntas de uma maneira muito mais interessantes que qualquer modo abreviado ou inautêntico de compreensão poderia supor”³⁴

Já Tariq Ali sustenta que nenhuma das culturas/civilizações geradas pelas três religiões monoteístas é monolítica ou eterna. Não obstante as diferenças entre elas, todas são influenciadas pelo mundo onde coabitam. Ele destaca que os tempos mudam e elas mudam junto, porém a sua maneira.

³³ Ibidem, p.91

³⁴ SAID, op cit., p 25

Tariq Ali defende que o ódio e a intolerância contra a “permissividade” não é nada novo e certamente não se restringe ao islamismo. Ele afirma que o americano é “supersaturado” de religião, uma vez que 90% da população declaram regularmente a crença na divindade; há mais crentes nos Estados Unidos do que em toda a Europa ocidental junta. E as paixões religiosas são exacerbadas como, exemplifica o autor, quando interpretação do 11 de setembro, por parte dos fundamentalistas cristãos americanos como punição de Deus contra uma sociedade que tolerava o homossexualismo e o aborto. Outro exemplo, citado por Ali para combater a idéia segundo a qual o fundamentalismo e exclusividade da religião islâmica, são os colonos judeus na Cisjordânia os quais reivindicam a terra em nome de suas velhas escrituras e certamente não acreditam em tolerância religiosa.³⁵

A despeito das críticas, após o 11 de setembro procedeu-se a divisão do mundo em dois pólos : de um lado o “Ocidente”, “a modernidade”, o “mundo civilizado” e do outro o “ Islã”, o “Oriente” os “grupos terroristas de cunho religioso”. Essa divisão, instituída pelos Estados Unidos, foi uma retomada da velha fronteira sem a qual nenhum projeto expansionista pode ser implementado, fronteira essa que coloca, de um lado, o legítimo (que deve ser mantido a todo custo) e, do outro, o ilegítimo (que deve ser combatido por que representa uma ameaça).

Podemos discutir essa divisão imposta por Washington utilizando a análise que Pierre Bourdieu faz da questão das identidades regionais para pensar as representações enquanto lutas entre classificações , assim nas palavras do próprio Bourdieu:

(...)lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e de fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor uma visão do mundo social e, por essa via, de fazer e desfazer os grupos. O móvel de todas essas lutas é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo.”³⁶

³⁵ ALI, op cit.,p.48

³⁶ BOURDIEU.op.cit.p.108

Ainda que Bourdieu utilize tal noção para pensar as divisões sociais num plano mais estrito, a noção de representação enquanto di-visão , recorte, que remete por sua vez, à idéia de fronteira , é extremamente útil para pensar as questões relacionadas à oposição entre “civilizações” ou entre “Ocidente” e “Oriente”.

Podemos pensar o tratamento dispensado ao islamismo e aos árabes após os atentados, recorrendo às idéias de Erving Goffman:

Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família¹. Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. (GOFFMAN:1974:07)

Ruberval Ferreira destaca que, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, expressões como o maior atentado terrorista da história, atos covardes carnificina, devastadores atentados, evento histórico , a tragédia que vem ocupando as atenções do planeta, uma declaração de guerra, entre outras, passaram a constituir um conjunto de sentidos que iria, em curto espaço de tempo, definir os limites do que, segundo ele, seria uma das construções mais perigosas , do ponto de vista ético-político-ideológico, já realizadas pelo modo de funcionamento do discurso jornalístico a saber: o “11 de setembro”, ou melhor o “objeto 11 de setembro”.³⁷

As denominações atribuídas aos atentados pela mídia já indicam um trabalho de preparar a legitimação de ações oficiais que viriam logo a seguir, utilizando-se de uma “técnica” da propaganda classificada por Jean-Marie Domenach de tapeação que “consiste em sobrecarregar o adversário de seus próprios erros ou de sua própria violência, manobra geralmente desconcertante.”³⁸ Assim, o processo de apropriação

³⁷ FERREIRA, Ruberval. *Guerra na língua: -mídia, poder e terrorismo*. Ceará. Eduece. 2005. p.15

³⁸ DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1955. p.65

dos eventos pela mídia pode ser visto como o resultado de uma cadeia de aspectos linguísticos que vinha abrindo o caminho para o surgimento de um novo “discurso de guerra” contra o “novo inimigo”

Segundo Ruberval Ferreira, a simples referência ao acontecimento pela sua data torna-o algo sempre aberto a todo tipo de predicação. Essa é a mais grave das implicações, por que faz com que o acontecimento se preste a apropriações diversas, de acordo com os interesses que estão em jogo.³⁹

Ele observa que essa estratégia de denominação de evento como esse pela sua data continuou com o “11 de março” espanhol e o “7 de julho” inglês, datas que nomeiam respectivamente os atentados de Madrid, em 2004, e os atentados de Londres, em 2005. No entanto, essas formas de denominação não vingaram, o que faz do “11 de setembro” uma enunciação fundadora e dessas outras, não. Aliás, é precisamente por que o 11 de setembro é uma enunciação fundadora que as outras datas não o são. Assim, afirma o autor, as designações “11 de março” e “7 de julho” não vingaram porque já colaram na designação “11 de setembro” – ato de fala fundador.⁴⁰

De acordo com Ruberval Ferreira, alguns atos de linguagem agiriam como enunciações definidoras de uma nova grade conceitual que foi posta em cena para tornar possíveis os sentidos dos novos conflitos mundiais e os sentidos de eventos como os de 11 de setembro de 2001. Assim nas palavras do próprio autor:

“ as representações que estão na base dos sentidos do “11 de setembro” são as representações da velha figura do inimigo externo, agora identificado com as ideias de fanatismo, terrorismo, intolerância, fundamentalismo e etc., e a representação do que seria o seu oposto, ou seja, o estado civilizado, livre, democrático, plural, tolerante, com todos os valores que constituem a cultura ocidental. Essas duas representações são, por sua vez, tornadas possíveis por oposições do tipo: civilização/barbárie, bem/mal, dentro/fora e etc., que estão na base de nossa forma de pensamento.” (Ferreira :2007:184)

³⁹ FERREIRA.op.cit,p.75

⁴⁰ Ibidem.p.79

O autor ressalta que o próprio conceito de violência terrorista se funda a partir da violência que é empreendida pelo Estado, ou seja, da violência que goza da condição de ser legítima porque praticada pelo Estado, em nome da garantia e manutenção da ordem estabelecida. Mas até que ponto, indaga o autor, a violência que o Estado comete estaria livre de ser também considerada, por vezes, uma violência terrorista, uma vez que há também nessa violência um aspecto de intimidação constante sobre aqueles que estão sob sua jurisdição?⁴¹

Nesse sentido suas ideias vão ao encontro das de Noam Chomsky, o qual observa que se compararmos “o 11 de setembro” com os grandes crimes não intencionais cometidos por países imperialistas como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e etc- os chamados crimes políticos e ideológicos cometidos por países que se autodenominam “democráticos” e capitalistas -, chegaremos à conclusão de que a forma como se deu a apropriação do “11 de setembro” pela mídia confere a esse evento um status trágico bem superior ao que geralmente é dado a tragédias que ocorrem fora das fronteiras do Ocidente rico.⁴²

Noam Chomsky ressalta ainda que vale lembrar – particularmente por se tratar de um dado que foi sistematicamente ocultado – que os EUA são o único país que já foi condenado por terrorismo internacional pela Corte Mundial e que já vetou uma resolução do Conselho de Segurança que exigia que eles respeitassem as leis internacionais.

Voltando às ideias de Ruberval Ferreira, a forma de apropriação dos episódios do 11 de setembro nos leva a crer que o efeito mais drástico desses episódios foi o fato de que o traumatismo que eles produziram assumiu uma dimensão tal que acabou se transformando num fato maior e mais assustador que o evento em si. E o pior foi a percepção de que isso poderia ser usado em favor de muita coisa⁴³.

Diante disso, assegura o autor, entendemos que, tenham ou não esses atentados uma justificativa política no sentido forte do termo, tenham ou não sido uma resposta à

⁴¹ Idem.p;189

⁴² CHOMSKY, Noam.Poder e terrorismo: entrevistas e conferências pós-11 de setembro.Rio de Janeiro.Record,2005.p-104

⁴³ FERREIRA,op.cit,p,195

política externa adotada por Washington nos últimos anos; tenham ou não como principal objetivo a desestabilização de regimes apoiados pelos Estados Unidos; tenham ou não uma origem interna, esses episódios foram apropriados pelo poder político atual americano e pela grande mídia , de forma a trazer novamente à cena (necessária do ponto de vista do establishment) em torno da velha figura da ameaça externa, agora simbolizada na figura de Bin Laden e pelo tipo de terrorismo que ele representa.⁴⁴

A própria forma referencial “maior atentado terrorista da história”, condensa uma postulação inquestionavelmente perigosa do ponto de vista ético-político, porque constitui por ela mesma um sólido argumento para a legitimação de qualquer reação que o “alvo das ações” possa vir e implementar contra os prováveis responsáveis pelas ações , aí compreendidos os chamados “estados delinquentes” acusados de patrocinarem o terror.⁴⁵

Ruberval Ferreira, sustenta que as predicções coladas ao evento apontam para duas formas distintas de concepção desse evento :uma que o eleva ao estatuto de “uma ação de guerra” ; outra que o considera “uma ação criminosa”. Apesar desse impasse, completa o autor, as duas formas de referenciação em questão constituem um reforço para o discurso que marcou todo o processo de apropriação desses eventos pelas instâncias oficial e midiática: o discurso de guerra.⁴⁶

Com relação ao “alvo das ações” , Ruberval Ferreira observa que ao ressaltar as qualidades da “nação extraordinária” que são os Estados Unidos, ao falar da bravura desse país , de sua “determinação de aço” da solidariedade de seu povo, da “grandeza dessa nação” , a voz oficial neutraliza qualquer referência que possa ser feita em relação a fatos contraditórios, em relação à representação que está sendo feita.⁴⁷

A maneira como a mídia vem utilizando o conceito de terrorismo, nos últimos anos, constitui-se num tipo de trabalho com a linguagem que mais confunde que esclarece.

⁴⁴ Ibidem, p.195

⁴⁵ Idem.p.205

⁴⁶ Idem.p.207

⁴⁷ Idem.p,236

Sobre a relação entre mídia e instância oficial, o que deve ser realçado aqui é um trabalho de produção e reiteração de representações que são construídas em função dos mais diversos interesses. Esse trabalho é empreendido por meio da mobilização de um arsenal linguístico que cria a ilusão de que se está fazendo referência o tempo todo a conceitos plenos de si, como se as coisas estivessem sendo postas de uma forma indubitável, sem tensões e contradições, sem conflitos de vontades de representação e confrontos de poder.⁴⁸

O conjunto de expressões referenciais utilizadas na construção dos objetos que definem, de forma mais ou menos precária, o campo de sentidos do objeto “11 de setembro” mostra como os processos de linguagem mobilizados pelo discurso da mídia e pelo discurso oficial participam do processo identificatório de reificação dessa “nova era” empreendido enquanto mecanismo de legitimação das principais decisões políticas que foram tomadas depois do 11 de setembro e apresentadas como necessidades impostas por esse falso novo espírito de época.⁴⁹

O 11 de setembro veio providencialmente a calhar. Temos novamente um laborioso processo de demarcação da velha e funcional fronteira entre o território do “civilizado” e o território da “barbárie”. Para que uma potência como os Estados Unidos conseguir um sentimento de unidade que construiu, para que conseguisse reunir o capital de legitimidade necessário para dar suporte ao projeto político e à nova doutrina que foram impostos pelo governo de George W. Bush, foi preciso refundar de uma forma monumental e indubitável a figura do velho inimigo externo. Nesse sentido, as ações do 11 de setembro serviram perfeitamente.

A estratégia de eleger um inimigo para justificar a implementação de sua política expansionista foi largamente utilizada pelo governo estadunidense, variando de acordo com a conjuntura e com o “inimigo” em questão. Assim, se durante a Guerra Fria era o comunismo, atualmente ao “terrorismo” cabe o papel de vilão das relações internacionais. O que nos remete novamente à Domenach o qual observa que: “ A

⁴⁸ Idem p.242

⁴⁹ Idem.p.243

qualidade fundamental de toda campanha de propaganda é a permanência do tema, aliado à variedade de apresentação.”⁵⁰

Para servir aos interesses expansionistas estadunidenses, esse inimigo deveria ser o mais vago e abrangente possível para ser evocado toda vez em que a máquina de guerra de Washington estivesse preparada para entrar em ação. Assim, nas palavras de Domenico Losurdo: “ Sobre o conjunto das relações internacionais paira agora o espectro de um terrorismo permanente, planetário e totalizante.”⁵¹

Losurdo observa que houve um tempo em que a ameaça global que pesava sobre a civilização era o complô judeu-bolchevique; atualmente, no entanto, pelo que parece, o Ocidente é obrigado a enfrentar o eixo islâmico-confuciano. Assim, o islã tomou o lugar do judaísmo e a China substituiu a União soviética. Quanto ao resto, o motivo ideológico caro aos adeptos da judeufobia e aos antisemitas tradicionais revela uma surpreendente vitalidade.⁵²

1.3-Considerações sobre o fundamentalismo

Recorrendo, novamente a Losurdo, atribuído exclusivamente ao mundo árabe e islâmico(onde as tensões anticoloniais e antiocidentais estão mais vivas do que nunca), o terrorismo tende hoje a ser considerado o produto mais ou menos necessário do islã, de uma religião cuja permanente incapacidade de se adaptar à modernidade e cuja tendência intrínseca a alimentar um “fundamentalismo” agressivo e sanguinário são censuradas. Encontramos assim, observa o autor, outra categoria central da nova ideologia de guerra , um novo motivo de acusação. No entanto, Losurdo observa que o

⁵⁰ DONENACH.op.cit.p.68

⁵¹ LOSURDO.Domenico.A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense.São Paulo.Boitempo.2010, p.22

⁵² Ibidem.p.215

fundamentalismo não se restringe à religião islâmica assim, nas palavras do próprio, autor:

Não há cultura que em determinadas circunstâncias não esteja exposta ao perigo do fundamentalismo; ele não é o modo de ser desta ou daquela cultura, mas um modo de reagir no encontro-desencontro entre duas culturas diferentes caracterizado pelo enrocamento e pela construção de uma identidade zelosa, ciumenta e exclusiva; podemos dizer que o fundamentalismo é a reação de rejeição de uma cultura por outra em confrontos e a tendência a naturalizar ambas.⁵³

Losurdo classifica como grotesca a tentativa de apresentar o terrorismo como produto peculiar de uma cultura determinada, a islâmica, afetada- insinua-se- pelo “culto da morte”⁵⁴

Ele ressalta a necessidade de distinguir anti-islamismo (uma legítima atitude de crítica a certos aspectos da religião e da cultura islâmicas), islamofobia (a imposição ou a reivindicação de uma discriminação negativa em detrimento dos islâmicos em razão da religião e da cultura) e ódio racial em relação aos árabes e aos povos da religião islâmica⁵⁵

Aos que defendem esse ponto de vista, Losurdo relata que, de um estudo sobre os atentados suicidas no Líbano resulta que só uma mínima parte deles foi efetuada por fundamentalistas islâmicos; estão bem representados cristãos, comunistas e nacionalistas de orientação leiga. Os que faziam atentados não provinham de países estrangeiros e eram todos motivados pelo desejo de resistir à ocupação estrangeira.⁵⁶

Losurdo observa que para os arautos da islamofobia que hoje se espalham pelas duas margens do Atlântico, Maomé já teria declarado guerra ao Ocidente e seria preciso a a partir daí compreender a crise no Oriente Médio, o terrorismo o 11 de setembro.

⁵³ Idem .p.66

⁵⁴ Idem.p.44

⁵⁵ Idem.p.209

⁵⁶ Idem p.45

Losurdo destaca que não satisfeitos por terem imposto seu domínio colonial aos povos árabes, França e Inglaterra tentam por algum tempo desmembrar a Turquia e têm de ajustar contas não só com a resistência do povo e do exército turco, mas também com as manifestações de protesto e de cólera que acabam envolvendo a própria população muçulmana da Índia. Dessa forma, aponta o autor, se delineiam diante de nossos olhos os elementos constitutivos do atual conflito entre Ocidente e mundo árabe-islâmico, e não é a religião ou o fundamentalismo que desempenha nele um papel decisivo, mas o choque entre expansionismo e resistência. A subjugação colonial do Oriente Médio realizada pelo Ocidente conhece um forte impulso depois da Primeira Guerra Mundial, no mesmo período em que começa a desenvolver-se o processo de descolonização iniciado pela Revolução de Outubro, o que agravou o sentimento de humilhação colonial.⁵⁷

Losurdo ressalta que com a derrocada e a revelação dos horrores do Terceiro Reich se assiste ao descrédito definitivo do antisemitismo propriamente dito, o racismo antiárabe, no entanto, continua a mostrar-se vital nos anos em que o regime mundial de supremacia branca e ocidental passo pelo desafio dos povos coloniais em luta pela emancipação. Nesse sentido, mais que de um antisemitismo de tipo novo, árabes e islâmicos são o alvo do racismo que tradicionalmente atingiu os povos coloniais ou considerados estranhos à civilização; são alvo de um racismo colonial que dificilmente morre. Assim nas palavras do próprio:

“O antisemitismo tradicional visava os judeus, pois eram eles que constituíam o elemento de alteridade irredutível no próprio seio do Ocidente. Os árabes e islâmicos eram, porém, parte integrante dos povos coloniais e eram afetados pelas teorias e pelas práticas que por séculos assolaram os povos coloniais. Tudo isso não cessou. E, todavia, deu-se uma novidade radical. Como imigrantes que não cortaram nem pretendem cortar seus laços com os países e a cultura de origem, árabes e islâmicos são agora classificados como inimigos internos do Ocidente: são a quinta coluna de um inimigo implacável; hoje são eles que constituem o veículo de subversão e o agente patogênico que corre o risco de infectar um organismo social por se sadio. Em outras palavras, árabes e

⁵⁷ Idem.p.196

islâmicos começam a ser atingidos com os lugares-comuns, os preconceitos, os processos de racialização que tradicionalmente visaram, de modo muito mais trágico, os judeus”.⁵⁸

Segundo o autor, é clara a identidade do inimigo, e não menos evidente é a do seu antagonista. Ele aponta que, de acordo com esses adeptos da islamofobia, o Ocidente em virtude de seu amor pela democracia, pelo diálogo fundado na razão e pelo direito, encarnaria também a herança de Atenas e de Roma. Assim, prossegue Losurdo, está delineando-se uma tradição –antes uma “alma”-ocidental, que poderia ser definida como “greco-romano-judaico-cristã”, há cerca de um milênio e meio atacada e ameaçada pelo Islã. Até aqui a ideologia da guerra.

Losurdo, no entanto, contesta a existência de uma “alma greco-romano-judaico-cristã” no Ocidente. Desprezando conflitos de duração mais breve, o autor remonta à época clássica e cita o exemplo do confronto que opôs de um lado o mundo greco-romano e de outro o judaísmo e o cristianismo no século II a. C, no qual os macabeus se opuseram obstinadamente à difusão da cultura helenista. Outro exemplo citado pelo autor foi o do Império Romano que, antes de sucumbir ao cristianismo, procura eliminá-lo desencadeando contra ele uma série de perseguições em larga escala.

O autor vai além ao afirmar que “a ideia de igualdade que se afirmou no Ocidente e de que ele se orgulha a ponto de aduzi-la como motivo de sua primazia e missão universal aprofunda suas raízes em uma religião oriental, em cujo centro está a afirmação de sujeição universal dos homens a um Senhor absoluto.”⁵⁹

A oposição entre mundo judeu-cristão de um lado e islã de outro se revela ainda mais estereotipada pelo fato de os judeus por séculos terem se sentido muito mais próximos do islã que do cristianismo. Os árabes que, logo após a morte de Maomé, avançam em nome deste são aclamados como “libertadores de todos os judeus do Ocidente”, os quais às vezes fornecem uma contribuição importante para luta contra a cristandade

⁵⁸ Idem.p.212

⁵⁹ Idem.p.192

Nesse sentido Losurdo observa que a construção da identidade do Ocidente ou da presumida tradição ou alma “greco-romano-judaico-cristã”, com a consequente nítida oposição ao islã, apresenta modalidades semelhantes às aquelas de qualquer outra mitologia fundamentalista.⁶⁰

A denúncia insistente, obsessiva, do “terrorismo” visa apenas criminalizar toda forma de resistência à ocupação militar, não limitar o conflito ou impedir sua barbarização. Segundo o autor, várias vezes, em Guantánamo, os militantes islâmicos presumidos ou não, recorrem à greve de fome. Era a ocasião para chamar a atenção para a adoção por parte dos detidos desse método de luta não violento e conferir a ele ressonância e eficácia capazes de desacreditar o recurso aos atentados. No entanto, não obtiveram a atenção necessária às suas reivindicações.⁶¹

Losurdo observa que é clara a tentativa de justificar o comportamento da potência colonial, que não usa sutileza na escolha das e que investe com fúria não só contra os revoltosos, mas também contra os “nativos recalcitrantes” e a população civil em seu conjunto. Mas os iraquianos que aspiram à independência são responsáveis por assassinato pelo simples fato de atacarem o exército de ocupação.

Nesse sentido, mesmo tornado unânime a luta pela independência nacional é sinônimo de terrorismo, ao passo que o exército de ocupação, totalmente isolado em relação à população civil, é protagonista de uma resposta que tem o mérito de ser antiterrorista. Assim, percebe-se que não é um comportamento concreto (o envolvimento ou o respeito da população civil) que define a linha da fronteira entre terrorismo e antiterrorismo. Ela coincide, ao contrário, com o limite entre barbárie e civilização, entre Oriente e Ocidente. O poder que decide de forma soberana quem são os bárbaros, da mesma forma que decide quem são os terroristas.⁶²

De acordo com o autor, o enclausuramento e o fundamentalismo religioso eram também uma resposta às perseguições e permitiam a defesa da própria identidade em

⁶⁰ Idem.p.194

⁶¹ Idem.p,48

⁶² Idem.p,51

uma situação bastante difícil, caracterizada por uma espécie de estado de sítio permanente.⁶³

No que diz respeito aos Estados Unidos, o ataque às Torres Gêmeas foram seguidos pelo Patriot Act e pelo universo de concentração de Guantánamo e Abu Ghraib, enquanto não faltavam vozes que, em caso de agravamento da ameaça terrorista, projetam o internamento coletivo dos cidadãos estadunidenses de religião islâmica. Assim é claro que as agressões ou as ameaças bélicas produzem o contrário daquilo que pretendem atingir. Gritar contra o escândalo pelo advento fracassado da democracia nos países cada vez mais submetidos ao cerco econômico, diplomático e militar e ameaçados por um monstruoso aparato bélico em condições de aniquilá-lo é expressão de loucura ou de cinismo própria da Realpolitik.

Losurdo ressalta a existência de um fundamentalismo estadunidense que, no início do século XX, identifica o inimigo, o veículo da difusão da desordem política, social e ideológica, nos imigrantes e em todos aqueles que, embora cidadãos estadunidenses, sob a influência ruínosa de elementos e doutrinas estrangeiras, voltaram às costas para o “americanismo puro.”

Como antídoto para as contaminações, desvios e distorções verificadas é recomendada a volta às origens; ao “Evangelho dos tempos antigos e de antigo molde”. Losurdo ressalta que é nesse contexto que surge a proibição da difusão da teoria darwiniana da evolução, aprovada em alguns estados sob pressão do fundamentalismo.⁶⁴

Segundo o autor, encontramos manifestações de fundamentalismo religioso na própria história estadunidense, que possui um imperialismo justificado de maneira distinta do europeu, considerando que, na Europa os mitos genealógicos imperiais neutralizam-se de maneira alternada; as famílias reais eram todas aparentadas entre elas de modo que, no âmbito de cada uma, se confrontavam idéias de missão de mitos genealógicos imperiais diferentes e contrastantes. A experiência de duas guerras mundiais desacreditou mais essas idéias e genealogias. Por outro lado, apesar de sua

⁶³ Idem.p.229

⁶⁴ Idem p,84

derrota final, a agitação comunista de várias décadas, conduzida em nome da luta contra o imperialismo e do princípio de igualdade entre as nações, deixou alguns traços na consciência européia. O resultado disso é claro, na Europa, deixa de ter credibilidade toda idéia de missão imperial e de eleição divina agitada por este ou aquele país; não há espaço para ideologia imperial religiosa que ocupa um papel tão central nos Estados Unidos⁶⁵

Segundo Losurdo, depois de ser profundamente marcada pelo grande período do Iluminismo, no final do século XIX a Europa conhece um processo ainda mais radical de secularização. Ele aponta vários exemplos de interferência de aspectos religiosos na política estadunidense. Como Reagan, no contexto da Guerra Fria, que se diz empenhado em combater e liquidar o “pecado e o mal” em todo canto do mundo em nome da “Escritura” e de “Jesus Nosso Senhor”; ou o discurso inaugural do primeiro mandato presidencial de Clinton quando este proclama: “Hoje celebramos o mistério da renovação estadunidense” ou quando, no mesmo discurso, relembra o pacto feito entre “os nossos Pais Fundadores” e o “Todo poderoso”; ou ainda George W Bush, que conduziu sua campanha eleitoral proclamando: “Nossa nação é eleita por Deus e tem o mandato de da história para ser um modelo para o mundo.”⁶⁶

Losurdo prosegue com sua análise do fundamentalismo estadunidense, dizendo que este permite aos Estados Unidos -fortes por sua consagração divina- considerarem irrelevantes a ordem internacional vigente, as meras leis humanas. E é neste contexto que se insere a deslegitimação da ONU, o substancial descarte da Convenção de Genebra, as advertências lançadas aos próprios “aliados”. Também eles são chamados a inclinar-se a tergiversações demasiadas, à vontade da nação eleita por Deus. Compreende-se bem a perplexidade e as reações negativas provocadas pelo fato de o presidente dos Estados Unidos arvorar-se em soberano mundial não vinculado e não limitado por nenhum organismo internacional.⁶⁷

Losurdo destaca a sentença de Huntington, segundo a qual “O verdadeiro problema para o Ocidente, não é o fundamentalismo islâmico, mas o islã enquanto

⁶⁵ Idem.p.114

⁶⁶ Idem.p,208

⁶⁷ Idem.p.115

tal”.Dizendo que é uma tese radicalizada, nos Estados Unidos ressoa nas pregações de pastores e pregadores fundamentalistas, os quais proclamam a cruzada contra o islã em nome da verdadeira religião e do cristianismo.⁶⁸

Nesse sentido, Losurdo constata que na história dos Estados Unidos, a religião é chamada a desempenhar em nível internacional uma função política de primeiro plano. Estamos diante de uma tradição política que se exprime com uma linguagem explicitamente teleológica.⁶⁹

Neste ponto sua análise vem ao encontro da posição de Tariq Ali o qual explica que a palavra “fanatismo” indicaria a atitude de se fazer o que fosse, em nome da própria fé. Mais tarde, teria surgido a palavra “fundamentalismo”, de origem cristã. Segundo Ali, esta palavra não existe em árabe e teria surgido quando os protestantes se separaram do catolicismo durante as guerras da Reforma. A origem dos Estados Unidos estaria nesse fundamentalismo, reivindicado pelos protestantes que lá aportaram após fugirem da Inglaterra para ocupar país alheio. Apesar de a constituição americana ser inteiramente secular, uma forte corrente de fundamentalismo protestante permaneceu na cultura.⁷⁰

Portanto, o fundamentalismo refere-se, além do islã, em primeiro lugar ao cristianismo estadunidense e ao judaísmo, e teria antes se manifestado no âmbito da cultura judaica há mais de dois milênios, em um período histórico que precede em vários séculos o nascimento de Maomé. Em fase disso tudo, parece ingênua e dogmática a ideologia dominante, que fala de fundamentalismo sempre no singular e com o olhar voltado exclusivamente para “os inimigos” do Ocidente.⁷¹

O autor ressalta a longa história das manifestações do fenômeno do fundamentalismo, que atualmente aumenta sua abrangência e assume características novas. Assim, nas palavras do próprio autor:

⁶⁸ Idem.p.189

⁶⁹ Idem,p.111

⁷⁰ ALI.op.cit,p.360

⁷¹ LOSURDO.op.cit,p.57

De um lado a globalização generaliza o encontro-desencontro entre culturas; de outro a imposição de um mercado mundial, que deveria ser totalmente regulado, envolve já na metrópole capitalista, e mais ainda nas colônias ou nos países periféricos a destruição dos laços comunitários e das identidades culturais e de grupo enraizadas em sua tradição secular. É uma dialética já analisada por Marx: a irrupção do “cosmopolitismo” da “produção capitalista” e do cristianismo (a religião mais funcional a ela) destrói o laço cultural do gênero, substituindo-o por uma atomização que entrega os maios fracos a seus destinos. Então se manifestam reações do tipo fundamentalista, em que encontram expressão, ao mesmo tempo, o desconforto social e protesto com contra um “universalismo” agressivo e imperial, que pretende igualar e anular as diferenças culturais e nacionais.⁷²

Portanto, concordando com o autor, é dentro deste contexto que devemos pensar as manifestações de repúdio à dominação imperialista, principalmente estadunidense. que emergem de países submetidos /às práticas coercitivas e são classificadas pela imprensa mundial como atos de “terrorismo” praticados por povos refratários à democracia e outros valores característicos da “civilização Ocidental”.

1.4-O 11 de setembro na Veja

A Veja conferiu grande importância aos atentados de 11 de setembro, o que pode ser comprovado quando verificamos a quantidade de páginas reservadas à cobertura desse evento. Segundo Carla Silva, no período de 1989 a 2002, esse foi o tema com maior seqüência ininterrupta de cobertura total. Apenas equiparável à cobertura do impeachment de Fernando Collor de Mello.

O 11 de setembro foi tema da capa de veja por seis semanas seguidas

⁷² Idem.p.88



Cabe aqui, só para ilustrar, mostrar uma tabela com os números de seções e páginas utilizadas para cobrir o tema nas cinco semanas após os atentados.⁷³

	1-Editorial	2-Capa	3-Cartas	4-Opinião	5-Páginas Amarelas	6-Matérias	7-Cobertura total 11 de setembro	8-Número de páginas da revista
19/09/2001	1	1	2	3	3	62	72	144
26/09/2001	1	1	2	3	3	63	73	152
03/10/2001	1	1	2	3	3	53	63	152
10/10/2001	0	1	1	3	0	42	47	156
17/10/2001	0	1	2	2	0	39	44	176
24/10/2001	0	1	1	1	0	26	29	176
Total	3	6	10	15	9	258	328	956

Ao analisar essa tabela, verificamos que cerca de um terço da revista, durante 6 semanas, foi destinado à tratar do 11 de setembro. Foram centenas de páginas marcadas por uma visão pré-conceituosa em relação aos povos árabes e ao islamismo e por uma adesão incondicional aos interesses expansionistas estadunidenses.

A edição 1719 de 19 de setembro de 2001, primeira após os atentados, de acordo com informação da própria revista, expressa na Carta ao Leitor da edição 1720 de 26 de setembro de 2001, “ultrapassou todos os recordes históricos de procura nos pontos-de-venda do país”. Foram vendidos mais de 400 000 exemplares nas bancas e somando-se com o número de assinantes ultrapassou 1,3 milhão de exemplares. Segundo a mesma “Carta ao Leitor”, “Veja se orgulha de ter cumprido seu papel de informar com exatidão e analisar em profundidade e sem rodeios as reais dimensões da tragédia que mudou o curso da história mundial” e completa dizendo que a atual edição pretende ser como a anterior, ou seja, “um porto seguro de informações exatas e análises”.

⁷³ SILVA.op.cit, p.463



De acordo com José Arbex Jr , Veja levaria o grande troféu do preconceito contra o islã, de parcialidade no tom das reportagens e de percepção colonizada pelos interesses estratégicos da Casa Branca.⁷⁴

A cobertura da Veja aos atentados de 11 de setembro se caracterizou-se desde o início pelo preconceito em relação aos muçulmanos e pela tentativa de classificá-los como bárbaros e como ameaça à dita “civilização ocidental”. Neste sentido, surgem trechos como este: “Como se pode lidar com terroristas cujo objetivo é retornar ao século VIII ? Eles não fazem exigências, não pedem dinheiro para libertar reféns.Só querem ver sangue.”⁷⁵ .Se aceitarmos esses argumentos, os atentados não foram respostas a políticas imperialistas impostas aos países islâmicos nem influenciados por algum aspecto social e/ou econômico , mas algo que é inerente À cultura desses povos.

Noutros trechos também fica patente a intenção da revista de ressaltar o perigo representado pelo “fundamentalismo” islâmico, como que alertando para necessidade de implantar políticas “preventivas” para conter e/ou acabar com essa ameaça:

Do ponto de vista do fundamentalismo islâmico, é bom que se diga, a questão da criação de um Estado palestino independente é um detalhe secundário numa guerra maior: a que visa a impor sua versão fanática do islã a todo o mundo.Nesse aspecto, os fundamentalistas não suportam em Israel não é

⁷⁴ ARBEX Jr.,José.O jornalismo canalha: a promíscua relação entre mídia e o poder.São Paulo.Casa Amarela,2003

⁷⁵ A descoberta da vulnerabilidade.Veja 19/09/2001.p.57

a opressão de uma população sob ocupação, mas o fato de o Estado judeu ser a presença ocidental mais perto de suas mesquitas.⁷⁶

Mostrando-se completamente afinada, com a estratégia de Washington de fabricar um inimigo que seja conveniente à implementação de sua política bélica, Veja descrevia assim Osama Bin Laden:

Laden é fruto de uma modalidade que surgiu em 1979, com a ascensão do aiatolá Khomeini, no Irã: o terrorismo de Estado. Esse foi o caminho escolhido por tiranos muçulmanos para fustigar principalmente o que julgam ser o "Grande Satã" – os Estados Unidos. Trata-se de uma visão que mistura fundamentalismo religioso, oportunismo doméstico e obscurantismo.⁷⁷

Depois de definir Bin Laden como principal inimigo da América e, por extensão, do “mundo ocidental”, Veja abre caminho para justificar uma invasão a fim de acabar com essa ameaça à paz mundial, como se verifica nesse trecho:

Para os Estados Unidos, Saddam Hussein transformou-se numa espécie de resfriado. Incomoda, sem comprometer a saúde. Já Osama bin Laden é um câncer que, agora mais do que nunca, precisa ser extirpado. O terrorista não tem patrocínio oficial de nenhum país muçulmano, mas é admirado como herói em vários deles e vive na condição de hóspede especial do Afeganistão, no qual mantém esconderijos (inclusive uma caverna).⁷⁸

Assim a invasão do Afeganistão torna-se quase uma obrigação, tendo em vista que é imprescindível “extirpar “ esse “câncer” que tanto “incomoda” os Estados Unidos.

Ao discutir os motivos que levaram ao surgimento dos grupos terroristas islâmicos, a Veja chega a esboçar uma explicação não preconceituosa ao mencionar que, em geral, nos países islâmicos vigoram regimes teocráticos nos quais não há uma

⁷⁶ Ibidem.p.58

⁷⁷ O inimigo número 1 da América.Veja.19/09/2001.p.49

⁷⁸ Ibidem, p. 50

distribuição de renda e que é neste contexto que se deve entender a força da religião nesses países. Porém acaba por recorrer a noção de civilização para “explicar” a emergência de grupos terroristas na “civilização islâmica”.

Mas isso não é tudo. Até pouco tempo atrás, a América Latina também convivia simultaneamente com miséria e ditadura – e, no entanto, nunca se viram grupos extremistas de latino-americanos promovendo atos de terrorismo pelo mundo afora em nome de sua libertação econômica e política. Por que então alguns grupos de fanáticos islâmicos chocam o mundo com espetáculos inimagináveis de terror? A explicação sobre o que move esses extremistas, segundo alguns especialistas, talvez esteja num dado mais sutil: o choque de civilizações.⁷⁹

Neste trecho, nota-se a tentativa de passar a idéia de que grupos extremistas são inerentes a “civilização” islâmica, posto que mesmo passando por períodos que aliaram miséria e ditadura, não surgiram, em outra “civilização”, grupos extremistas.

Na edição 1721 de 10 de outubro de 2001, a capa de *Veja* é bem representativa da abordagem da revista sobre o islamismo e o “mundo árabe”, a começar pela chamada de capa “Fundamentalismo-Fé cega e mortal” e a figura que ilustra a capa é de uma mulher com o corpo todo coberto por uma Burka. E as reportagens indicadas seguem o mesmo padrão da chamada principal: “O cerco aos homens das cavernas no Afeganistão”, “Os fundamentalistas querem dominar o mundo em nome de Alá” e “A rotina de submissão e tortura da mulher em certos países islâmicos”.

⁷⁹ Assassinato em nome de Alá. *Veja* 19/09/2001, p.57



Nesta mesma edição há uma reportagem chamada “O que querem os fundamentalistas?” cujas páginas iniciais trazem a foto de pessoas com o rostos cobertos e segurando um punhal e o Alcorão.No desenvolvimento da reportagem Veja afirma que Osama Bin Laden e “sua corte de fanáticos” teriam dois objetivos claramente definidos:expulsar os militares americanos das bases que eles mantêm na Arábia Saudita, onde, segundo a revista, “a mera presença de não-muçulmanos é vista pelos fanáticos como uma profanação do solo onde nasceu o islã” e ,concluída a primeira etapa, partiria para a segunda que seria mais ampla :”unir todos os muçulmanos numa mesma comunidade, governada de acordo com a interpretação mais literal e estrita dos preceitos do Corão.”⁸⁰

Noutras passagens fica ainda mais patente a utilização de uma visão completamente deturpada e tendenciosa da noção de cultura/civilização como no trecho abaixo:

Parece coisa de uma mente delirante, dos gênios do mal caricaturados no cinema ou nas histórias em quadrinhos. A forma aberrante de fanatismo religioso pregada por Laden, porém, tem raízes bem fincadas na história da

⁸⁰ O que querem os fundamentalistas?, Veja 10/10/2001.p.51

religião muçulmana, constantemente marcada por esse desejo de mergulhar na fonte original, de beber da palavra mais pura do *Corão*, de reviver um passado mítico. Esse movimento é chamado, genericamente, de fundamentalismo e está entranhado no próprio código genético do Islã, religião que tem uma visão totalizante do mundo e apresenta um modelo para tudo o que se faz em qualquer das esferas da vida, públicas ou privadas. Na ótica fundamentalista, a união da religião e do Estado é um ideal ordenado por Deus – e sua separação, uma invenção ocidental que provocou o declínio do mundo muçulmano.⁸¹

Pela maneira como a revista expõe seus argumentos neste trecho, e a utilização de termos como “tem raízes bem fincadas na história da religião muçulmana” e “está entranhado no próprio código genético do Islã”, percebemos que ela vê como condição indispensável ao fim do surgimento de grupos terroristas em países muçulmanos a adoção de um programa de ajuste cultural

Veja recorre várias vezes a “especialistas” para avaliar as idéias veiculadas em suas matérias sobre o “mundo árabe”, o islamismo e sobre o terrorismo. Como se ao dar voz a esses “especialistas”, a revista tentasse mostrar um consenso relação ao que divulga em suas páginas ao mesmo tempo em que busca passar a impressão de que o conteúdo de suas reportagens não partiu de uma marcada posição ideológica, sendo criado a partir de opiniões de “autoridades” nos temas abordados. Essa estratégia da Veja pode ser analisada de acordo com as idéias de Noam Chomsky e Edward Herman expressas no livro *A manipulação do público* no qual eles destacam que:

O modelo de propaganda também incorpora outros fatores estreitamente relacionados, como o direito de reclamar do tratamento que a mídia oferece a determinada notícia (ou seja, gerar reações negativas), de fornecer “especialistas” para confirmar a imparcialidade e a veracidade das notícias e também para estabelecer as ideologias e os princípios básicos considerados normais pelos profissionais de mídia e pela elite, mas que frequentemente sofrem resistência por parte da população em geral.⁸²

⁸¹ Ibidem, p.48

⁸² CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. *A manipulação do público*. Política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo, Futura. 2003

Como exemplo da utilização dessa estratégia pela Veja podemos citar a entrevista, nas “páginas amarelas” da revista, com o historiador Paul Johnson que é descrito como “diferente de boa parte dos intelectuais do Ocidente” tendo em vista que não usa “eufemismos” e não tenta “relativizar” a culpa das nações islâmicas nos atentados de 11 de setembro. A entrevista de Johnson caracteriza-se pela postura de conferir à religião islâmica um caráter avesso à paz, e contrário a “modernidade”. Para tanto utiliza expressões como “religião imperialista”, “religião de feições medievais”, “não há nada de moderado no islamismo”, culminando com o seguinte trecho, destacado na página de abertura da entrevista: “Quando falamos de fundamentalismo islâmico, estamos usando uma expressão enganosa. Todo islã é fundamentalista na essência.”⁸³

Entrevista: Paul Johnson

O Islã na mira

Para o historiador inglês, não basta dar caça aos terroristas internacionais. É preciso levar a democracia aos países muçulmanos

Carlos Graeb

O inglês Paul Johnson é um homem sem meias palavras. Enquanto boa parte dos intelectuais do Ocidente lança mão de eufemismos e procura relativizar a responsabilidade das nações islâmicas nos atentados terroristas nos Estados Unidos, Johnson ataca de frente. Nesta entrevista a VEJA, ele defende de maneira incondicional a posição americana e israelense nos conflitos do Oriente Médio e afirma que o fundamentalismo não é um traço accidental do Islã, mas algo inerente a ele. São opiniões que esse ex-almão da Universidade de Oxford, hoje com 73 anos, forjou em várias décadas de trabalho como jornalista e historiador. Católico, monarquista, conservador, ele é um dos principais colunistas da revista *The Spectator*, uma das mais tradicionais da Inglaterra. No campo da pesquisa histórica, Johnson especializou-se em elaborar grandes sínteses — títulos com várias centenas de páginas, no estilo “tudo que você queria saber sobre...”. Uma de suas obras mais recentes, *A History of the American People* (Uma História do Povo Americano), de 1999, é uma homenagem do autor inglês ao país que ele considera “uma realização humana sem paralelo”. Ao longo dos anos, o estudo da religião também ocupou lugar de destaque nas preocupações de Johnson. Sua bibliografia de dezessete títulos abriga dois volumes irmãos, *História dos Judeus* e *História do Cristianismo*, esse último



“Quando falamos de fundamentalismo islâmico, estamos usando uma expressão enganosa. Todo o Islã é fundamentalista na essência”

recém-traduzido no Brasil. Johnson não descarta a ideia de um dia debruçar-se sobre a terceira das grandes religiões monoteístas — o islamismo, que ele considera “ainda mergulhado na Idade Média”.

Veja — Há duas explicações, não necessariamente excludentes, para o anti-americanismo dos muçulmanos. A primeira é que esse sentimento decorre de um ciclo religioso à modernidade, simbolizada pelos Estados Unidos. A outra, que ele é resultado de ações políticas concretas dos americanos no Oriente Médio. Qual delas o senhor acha a mais determinante?

Johnson — Não é a segunda, definitivamente.

veja 26 de setembro, 2001 9

⁸³ Páginas Amarelas, Veja 26/09/2001.p.9

No início de uma matéria chamada: “Do lado errado de novo”, Veja cita umas frases de apoio a Bin Laden e repúdio aos Estados Unidos, frisando que elas não foram proferidas pelas:

“massas que têm protestado diariamente nas ruas empoeiradas das cidades paquistanesas, pisoteando bandeiras americanas com suas sandálias gastas. Esses pobres pés-sujos, gente ignorante e fanatizada por seus líderes religiosos, identificados pela proximidade territorial com e pela etnia com os vizinhos afegãos do Talibã, não usam esse tipo de vocabulário.”⁸⁴

.Mas por “cidadãos instruídos” da Arábia Saudita .Deixando clara a intenção da revista de desqualificar os que manifestassem qualquer opinião de repúdio aos Estados Unidos. Ao demonstrar “surpresa” pelo fato dessas opiniões terem sido expressas por pessoas “instruídas”, a revista tenta fazer crer que só ignorantes e fanáticos teriam motivo para demonstrar alguma aversão ao governo estadunidense. No decorrer da matéria, a revista destaca que: “Do Oriente Médio ou da Ásia Central até a periferia do mundo muçulmano, como a distante Indonésia” abundam manifestações de apoio a Bin Laden. Segundo a revista esse apoio ao terror, pode ser explicado com o auxílio de “teorias conspiracionistas ensandecidas”, que é maneira como ela classifica as teorias que tentam atribuir qualquer culpa aos Estados Unidos pelos atentados de 11 de setembro.

Por fim, a revista termina a matéria ressaltando que quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait, houve manifestações a seu favor. Porém essa simpatia não alterou o “rumo dos acontecimentos” e os americanos derrotaram o “tirano do Iraque”. Agora, mais uma vez, conclui a matéria, muitas pessoas dos países muçulmanos estão “ficando do lado errado” .Do lado inevitavelmente, do perdedor

Numa matéria intitulada “Os pobres de Alá”, Veja demonstra todo seu preconceito em relação ao islamismo. A matéria tenta mostrar a pobreza quase como inerente aos países muçulmanos. O desenvolvimento da matéria é conduzido por uma pergunta tendenciosa feita no primeiro parágrafo: “seria o Islã uma barreira intransponível para o surgimento de uma sociedade rica?” Em seguida a revista traz uma tabela com alguns indicadores como índice de liberdade, ranking de desenvolvimento

⁸⁴ Do lado errado de novo. Veja 17/10/2001 p.86

humano, liberdade de imprensa, população com acesso à internet e população analfabeta. A matéria traz ainda uma observação, destacando que, entre os países muçulmanos, a Turquia, mais “ocidentalizada”, exibe os melhores índices. No desenvolvimento da matéria, a revista aponta os motivos que, segundo ela, condenam os países islâmicos à pobreza. Um desses motivos seria o fato de que, nos países muçulmanos, “a religião espraia-se pelos campos econômico, social e moral de maneira sufocante.” Veja compara a reforma protestante do século XVI, ocorrida no “ocidente”, com o “fundamentalismo islâmico do século XX e que adentra o século XXI”, destacando que enquanto aquela promoveu a libertação do espírito empreendedor das amarras católicas e ensejou o desenvolvimento do capitalismo; este :

é uma mentalidade que, do ponto de vista econômico e social, se originou da oposição cega à avanços de qualquer tipo. Alimenta-se da pobreza e, por isso mesmo, não pode ser apartado dela, sob pena de desaparecer como uma miragem. Daí a razão de seu discurso ser irracional _está sempre atrelado a causas genéricas e vagas, como o “pan-islamismo” e a “destruição do Grande Satã”. Nunca se detém sobre as questões que realmente interessam .⁸⁵

OS POBRES DE ALÁ

A fotografia ao lado mostra uma cena da capital do Afeganistão, Cabul, antes do início da ofensiva militar americana. É uma imagem edificadora, quase alegórica, do falso de perspectiva da população afegã. A pobreza, obviamente, não é uma exclusividade daquele país. E muito menos se trata de uma criação maquiavélica. Mas, neste âmbito político, parece incoerente que o mundo vivo, há uma pergunta que finalmente pode ser feita: seria o Islã uma barreira intrínseca para o surgimento de uma sociedade rica, moderna e democrática? As estatísticas, se não respondem a tal questão, oferecem ao menos uma constatação: não há nenhuma nação com maioria muçulmana que se situe entre as mais avançadas do mundo.

Números do Islã

País	População	Índice de liberdade econômica	Liberdade de imprensa	População com acesso à internet
PAQUISTÃO	145 milhões	4,3	119*	0,35%
ÍNDIA	67 milhões	4,3	119*	0,45%
TURQUIA	67 milhões	4,3	85*	3%

PERGUNTA
Cabul, antes da intervenção americana, seria o Islã uma barreira intrínseca para o surgimento de uma sociedade rica, moderna e democrática?

País	População	Índice de liberdade econômica	Liberdade de imprensa	População com acesso à internet
PAQUISTÃO	145 milhões	4,3	119*	0,35%
ÍNDIA	67 milhões	4,3	119*	0,45%
TURQUIA	67 milhões	4,3	85*	3%

⁸⁵ Os pobres de Alá. Veja. 17/10/2001.p.73

A matéria destaca ainda que, embora as estatísticas não possam responder a pergunta citada acima, ela enseja uma constatação:” não há nenhuma nação com maioria muçulmana que se situe entre as mais avançadas do mundo.” Nesse sentido, a revista tenta impor a visão segundo a qual a pobreza dos países islâmicos seria algo inerente a sua cultura.

Capítulo 2

A guerra do Iraque e a defesa dos interesses estadunidenses

2.1-A guerra do Iraque.

Em setembro de 2002, o Governo Bush lançou sua estratégia de segurança nacional provocando o estremecimento de todo o mundo, inclusive no interior da própria elite de relações exteriores dos EUA. Ainda que existissem vários antecedentes, esta estratégia gerou uma nova marca: pela primeira vez no mundo do pós-guerra um estado poderoso anunciou, de maneira firme e clara, que tinha intenções de governar o mundo para sempre, destruindo pela força qualquer desafio potencial que pudesse perceber. Isto costuma ser definido como uma doutrina de “guerra antecipatória” [pre-emptive]. É um erro: está muito além da antecipação. Às vezes ela é denominada, com mais precisão, doutrina de guerra preventiva [preventive]”, mas isto também subestima a doutrina.⁸⁶

Chomsky observa que desde o início, a doutrina foi entendida como uma autorização para que o governo estadunidense recorresse à guerra contra um país que tem ou está desenvolvendo armas de destruição em massa. Talvez a consequência mais importante do colapso dos argumentos dos EUA e do Reino Unido sobre as armas de destruição em massa no Iraque é a reinterpretação desta doutrina. Como Bush e os demais deixaram claro, basta que um país tenha o “potencial” para desenvolver armas de destruição em massa para que este seja eleito com alvo de ataque.⁸⁷

Chomsky ressalta que alvo deve ter certas qualidades cruciais: deve ser importante –não tem sentido ilustrar a doutrina por meio da invasão de Burundi– e deve estar indefeso. O Iraque cumpria perfeitamente com ambas as condições. Sua importância é óbvia, como também a fraqueza necessária. Era então uma escolha

⁸⁶ CHOMSKY, Noam. Verdades e mitos acerca da invasão do Iraque. In PANITC Leo e LEYS Colin (orgs) Socialist Register ; novo desafio imperial .Bueno Aires. Clacso. 2005. p.166

⁸⁷ Ibidem ,p.166

perfeita para uma ação exemplar que estabelecesse a doutrina do domínio global pela força como uma nova “norma”.⁸⁸

A declaração da nova Estratégia de Segurança Nacional e a propaganda para preparar a opinião pública estadunidense para a invasão coincidiram com o início da campanha eleitoral para as eleições legislativas de novembro de 2002, em setembro do mesmo ano.

Chomsky ressalta que não é necessário ser um gênio da política para se dar conta de que o Governo Bush não teria a menor chance se os temas econômicos e sociais tivessem dominado a eleição. Portanto, era necessário inventar uma ameaça à sobrevivência nacional para que o presidente a superasse brilhantemente. A estratégia funcionou, limitadamente, para esta eleição. As pesquisas revelam que os votantes mantiveram suas preferências, mas suprimiram suas preocupações sobre o emprego, as pensões, os benefícios, etc., em favor da segurança.

Chomsky chama a atenção para o papel da mídia no convencimento da população, assim nas palavras do próprio autor:

O tambor de Guerra começou a soar em setembro de 2002, e a campanha de propaganda governamental na mídia foi espetacularmente bem-sucedida. A mídia transmitiu a propaganda do governo sobre a ameaça à segurança dos EUA oferecida pelo Iraque, sua participação no 11 de setembro e nos demais atos de terrorismo, etc., às vezes enfeitando-a por sua própria conta. A maioria da população rapidamente se convenceu de que o Iraque era uma ameaça iminente para a segurança dos EUA. Pouco depois, quase a metade estava convencida de que o Iraque era o responsável pelos ataques do 11 de setembro (comparada com apenas 3% que assim pensavam imediatamente após os ataques). Não surpreende que estas crenças cuidadosamente manipuladas estivessem correlacionadas com o apoio à guerra. Tratava-se de crenças que eram exclusivas dos EUA. Após setembro de 2002, os EUA converteram-se no único país do mundo em que 60% da população adulta acreditava que o Iraque representava uma ameaça iminente para sua segurança.⁸⁹

⁸⁸ Idem.p.167

⁸⁹ Idem.p,169

Uma vez iniciado o ataque ao Iraque, a reportagem sobre este tornou-se, em grande medida, um exercício vergonhoso de encorajar a equipe local, espantando boa parte do resto do mundo, assim como a muitos dentro do próprio país. Contudo, o efeito do pânico induzido pela propaganda midiática do governo persistiu. Estudos divulgados em junho revelaram que 34% da população acreditava que os EUA haviam encontrado armas de destruição em massa no Iraque (outros 7% não estavam certos) e 22% acreditavam que o Iraque havia usado armas químicas ou biológicas durante a guerra (outros 9% não estavam seguros).⁹⁰

Com os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, estavam dadas as condições para realização de um projeto estratégico norte-americano longamente amadurecido: a reconfiguração política do Oriente Médio e do Oriente Próximo. As duas guerras americanas na região- no Afeganistão desde 2001 e no Iraque desde 2003- eram, naquele momento, compreendidas como as ferramentas da refundação de toda região.⁹¹

Para os idealizadores da política externa norte-americana, tal conjunto de ideias servia de forma instrumental para amparar os interesses norte-americanos, justificando a intervenção em áreas sensíveis (no Oriente Médio contra o Iraque e na Europa contra a Iugoslávia), mas servia ainda mais para justificar o abandono de áreas não sensíveis, como no caso do genocídio nos Grandes Lagos (Ruanda) ⁹²

Segundo Francisco Carlos, a guerra do Iraque deveria ser, do ponto de vista nos estrategistas neoconservadores americanos, um modelo de nova guerra, da guerra que os Estados Unidos travariam no século XXI.⁹³

Dever-se-ia superar o pânico de um grande número de baixas- a chamada “Síndrome do Vietnã”- e ao mesmo tempo, dispor-se a uma vigorosa ação terrestre. As duas ferramentas básicas para a nova guerra século XXI deveriam ser:

⁹⁰ Idem.p.167

⁹¹ Idem .p.184

⁹² SILVA, F. C. T. ; SOARES, Luis Carlos . Reflexões sobre a Guerra. 01. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. v. 01. p.70

⁹³ Ibidem .p.73

1-O uso intensivo da alta tecnologia;

2-A ação decisiva de tropas especiais , ou de elite, visando decapitar o inimigo.

O ponto central da nova doutrina era o princípio de que “velocidade(entendida aqui através da intensificação tecnológica) superaria a massa” .Assim, prossegue Francisco Carlos, com os imensos recursos disponíveis-com um orçamento de defesa superior a US\$ 400 bilhões , os Estados Unidos não precisariam dispor de um imenso dispositivo humano- o chamado “manpower” dos militares- como foi no caso do Vietnã, onde foram utilizados 540 mil homens, na Guerra do Golfo de 1991, onde foram empregados cerca de 500 mil homens da coalização. Ele ressalta que sendo uma sociedade cada vez mais hedonista, com uma imprensa aberta e desconfiada em relação aos políticos, o alistamento em massa de homens e mulheres nunca seria bem visto nos Estados Unidos. Este teria sido, na avaliação dos estrategistas neoconservadores americanos, a razão do fracasso no Vietnã. Assim, a alta tecnologia deveria contornar as dificuldades de se fazer uma guerra pouco popular.⁹⁴

Francisco Carlos, destaca que os objetivos políticos imediatos dos Estados Unidos que acarretaram a guerra contra o Iraque em 2003, consideraram os seguintes pontos:

1.Exercitar a capacidade readquirida dos Estados Unidos de praticar uma política externa autônoma, sem precisar de qualquer consenso prévio alcançado em fóruns internacionais, utilizando-se, quando julgar necessário, a força militar;

2-A superação da chamada “Síndrome do Vietnã”, ou seja, o envolvimento militar com um número significativo de baixas, sem perspectivas de atingir os objetivos políticos iniciais, enquanto um mecanismo de paralisia da panóplia militar da América.

3-A assunção, por parte do Pentágono, mesmo sob a crítica do staff militar, de uma nova doutrina militar, baseada fundamentalmente no conceito de “Espanto e Pavor”, uma forma de infringir um dano tão maciço que o adversário, através do uso intensivo de alta tecnologia, deveria capitular imediatamente e sem condições;

⁹⁴ SILVA.op.cit.p,

4-A proposição de uma potencialização constante e crescente da “Revolução Tecnológica em Assuntos Militares” que desse, de forma permanente, aos Estados Unidos uma vantagem mínima de 25 anos sobre seu(s) potencial(is) adversário(s) ou concorrente(s)

5-A vitória americana deveria permitir o acesso dos Estados Unidos às fontes de energia fóssil existentes na região, criando uma plataforma de poder avançado numa região extremamente estratégica. Tal política garantiria uma permanente junção de interesses no interior do governo americano, reunindo o grupo dos conservadores unilateralistas com os conservadores com interesses na indústria petrolífera, liderados no governo pelo vice-presidente Dick Cheney(bem como o próprio George W Bush.

6-Por fim, a vitória americana deveria abrir caminho para uma ampla reconfiguração estratégica da região, o chamado “ Plano do Grande Oriente Médio” que, aliado ao plano “Rota da Paz”(proposta para a questão palestina), deveria exercer uma pressão insuportável sobre o Irã, Síria e, mesmo, Arábia Saudita.Estes objetivos estreitavam os laços do lobby conservador do Likud no governo americano, em especial com a dupla Perle/Wolfwits (representantes simultaneamente dos interesses do Likud-partido no poder em Israel- e a grande indústria de armas americana)

Segundo Francisco Carlos, os itens acima constituíam a chamada doutrina Rumsfeld, que seria uma forma particularmente agressiva de guerra preventiva não sancionada pelo Direito Internacional.⁹⁵

Ele destaca que , repetindo o erro histórico do Vietnã, do Líbano e da Somália, os Estados Unidos não conseguiam entender as diferenças culturais, a profunda alteridade islã e subestimavam a força do nacionalismo. Embevecidos por seu próprio fundamentalismo liberal cristão, materialista e individualista, acharam que o povo iraquiano estava ansioso por este “american way of life”.⁹⁶

Além disso, prossegue o autor, os Estados Unidos buscavam esvaziar a crise permanente do Oriente Médio (com seu corolário também permanente, de incidência sobre os preços internacionais do petróleo), evitando centrar-se nas negociações israelo-

⁹⁵ SILVA.op.cit.p.76

⁹⁶ Ibidem.p.77

palestinas .Em vez de repetir as estratégias de Carter, Bush (pai) e Clinton, a nova administração americana buscava esvaziar as parcerias palestinas, destruindo os apoios externos (Iraque, Irã, Síria, Líbia)para entregar a resistência palestina nas mãos de Ariel Sharon.⁹⁷

O sonho neoconservador, já anunciado desde 1998, implicava a reconstrução total do Oriente Médio, abrindo caminho para o abastecimento barato do Ocidente e para um papel hegemônico para Israel na região.

Francisco Carlos sustenta que, os objetivos iniciais dos Estados Unidos no Iraque , ou seja, a criação de um Iraque pró-ocidental no coração de um Oriente Médio reconfigurado de acordo com os interesses de Washington, foram claramente ultrapassados pelos acontecimentos.Posto que os americanos cometeram graves erros não conseguindo avaliar corretamente o sentimento nacional iraquiano, a força da coesão da religião islâmica e a possibilidade de caos oriundo da dissolução do Estado baasista, em especial, da polícia e das forças armadas. Nesse sentido, afirma o autor, faltou aos americanos uma abordagem antropológica e histórica das condições da guerra, imaginando pura e simplesmente a adesão da sociedade iraquiana aos valores considerados supremos pelo governo de George W Bush.⁹⁸

De acordo com o autor, com sua imensa capacidade técnica, financeira e industrial, os Estados Unidos imaginaram que a construção de uma caríssimo e sofisticado aparato militar fosse suficiente para explorar, a fundo a vitória obtida sobre os soviéticos em 1991.

Porém, ele ressalva que o inimigo hoje- ao contrário da URSS, detentora de uma população, território e economia que deveria proteger e evitar a destruição – é invisível, atua sob a forma de uma rede contínua de fluxos diversos, lícitos e ilícitos, mudando de materiais, formas e ferramentas conforme as pressões e necessidades. Assim, os principais avanços americanos em termos militares pós-1991- como o escudo de defesa antimísseis, a nanotecnologia de armas nucleares; o aperfeiçoamento

⁹⁷ Idem.p78

⁹⁸ Idem.p.89

“inteligente” de mísseis de cruzeiro ou a tecnologia invisível(Stealth)- não são capazes de dar conta das novas ameaças.

O tipo de guerra que se desenvolveu no Iraque foi o que se denominou “guerra assimétrica”, a qual seria , na definição do autor:

“...uma potência militarmente inferior, em posição de autodefesa, quer dizer, sob ataque ou ocupação, pode recorrer ao que denominamos de “táticas não convencionais”, como ataques-surpresa, seguidos de retiradas; recusa em dar combate em situação de inferioridade; escaramuças, batalhas seletivas, sabotagem , etc.(...)Mas o arsenal de táticas assimétricas, não se esgota na atualização tecnológica da guerrilha. Uma outra dimensão da guerra assimétrica é o uso, em larga escala, de meios não convencionais de combate.(...)Destruir as bases econômicas do adversário, dentro ou fora do seu território, cortar suas linhas de suprimento, atingir suas instalações sob forma dissimulada -seja no país ocupado, seja na sede do país ocupante -impor condições de stress permanente para a tropa ocupante , impedir o descanso e semear o pânico entre os aliados nativos dos ocupantes, são, todos eles , meios passíveis de uso numa guerra assimétrica.”⁹⁹

Diante de tal desafio que a guerra assimétrica representou à administração Bush, a liderança americana buscou duas coordenadas para manter suas ações bélicas no Afeganistão e no Iraque, conforme enumera Francisco Carlos:

1-A transformação de tais guerras regionais em uma luta pela sobrevivência dos EUA, ao conectar estes conflitos com a questão das armas de destruição em massa e com o terrorismo internacional, em especial a rede Al- Qaeda ;

2-Desenvolver todos os esforços possíveis no sentido de minimizar a contagem de corpos, fortalecendo o consenso interno na América e com isso deslocando o ponto de gravidade para a ação militar clássica, no que são imbatíveis.

Por fim, com relação à contratação de mercenários, o autor destaca que a política oficial da dupla Bush/Rumsfeld foi a de diminuir ao máximo a presença física- o “manpower” - no local, eliminando a possibilidade de repetição da “Síndrome do

⁹⁹ Idem.p.87

Vietnã” .Nesse sentido, a “privatização da guerra” tornou-se, desde o início do conflito, um objetivo do governo americano .A alternativa foi trazer mercenários de todo o mundo, em especial para o desgastante e massivo serviço de segurança. Porém , ressalva o autor, ao mesmo tempo não seria possível ao governo de Washington alistar mercenários para proteger empresas privadas.¹⁰⁰

É nesse contexto que devemos entender a participação da Hallyburton cujo ex vice-presidente Dick Cheney, no desenvolvimento da guerra e nos planos de reconstrução do Iraque. Ela, envolta em denúncias de favorecimento nos Estados Unidos e fustigada pela resistência iraquiana, para garantir a segurança dos seus interesses corporativos, recorreu ao uso massivo de mercenários.¹⁰¹

Losurdo ressalta que na guerra contra o Iraque , que se abateu sobre um povo duramente submetido a um embargo de mais de uma década, quando as forças de ocupação encontraram grandes dificuldades para controlar a situação e liquidar a resistência, eles decidiram que os iraquianos comuns pagariam o preço da não cooperação.Assim, prossegue o autor, o embargo foi seguido por um campo de concentração mais ou menos camuflado, com arame farpado a cercar aldeias e cidades inteiras, com revistas de casa em casa que semeiam o terror até durante a noite.¹⁰²

Por fim, concordando com Losurdo, a condenação em sentido único do terrorismo talvez comece a encontrar alguma dificuldade, e a ideologia dominante começa a insistir em um nono motivo: aqueles que , com arma em punho, se opõem à ocupação militar do Iraque são terroristas de uma espécie particularmente infame, são “cortadores de cabeça “ e degoladores, que às vezes não hesitam nem em tratar de maneira feroz o cadáver da vítima. Assim, qualquer que seja o juízo sobre o contencioso político imediato, é preciso tomar posição por uma civilização, a ocidental, que também na escolha das armas de combate demonstra saber respeitar o sentido da dignidade da morte para o inimigo.¹⁰³

¹⁰⁰ Idem p.109

¹⁰¹ Idem.p.111

¹⁰² LOSURDO.op.cit.p.26

¹⁰³ LOSURDO.op.cit.p.29

2.2-Veja e a defesa dos interesses estadunidenses



Já na sua primeira edição após os atentados de 11 de setembro, *Veja*, na seção “Carta ao leitor” coloca-se explicitamente em favor dos interesses estadunidenses. Segunda a revista, o alvo dos ataques foi um sistema econômico e social que, “mesmo longe da perfeição, é o mais justo e livre que a humanidade conseguiu fazer funcionar ininterruptamente até hoje.” Neste sentido, *Veja* ignora o papel da política externa estadunidense para o Oriente Médio como um dos motivos para os ataques, preferindo mostrá-los como ataques “aos mais caros e mais frágeis valores ocidentais :a democracia e a economia de mercado ”.De acordo com a revista, o que motivou os “fundamentalistas”, à época ainda principais suspeitos, não foi a arrogância americana ou mesmo o apoio estadunidense à Israel .Mas o que eles não aceitam é a “modernidade” característica de um país “em que os justos podem viver sem ser incomodados e os pobres tem possibilidades reais de atingir a prosperidade com o fruto do seu trabalho”.

Com relação ao alinhamento ideológico da família proprietária da *Veja* aos Estados Unidos, cabe ressaltar o que disse Luiz Antonio Magalhães:

Tudo bem que o semanário da Editora Abril tenha como um de seus mais caros valores a economia de mercado. Nada contra. Também não há nenhum problema no fato de a revista acreditar na "justiça" e na ampla mobilidade social do capitalismo. É o direito dos acionistas da empresa que edita *Veja*. A família Civita, proprietária da Abril, acredita nesses valores há muito tempo e tem o direito de compartilhar com os seus

leitores as suas graves preocupações com a ameaça que paira sobre os EUA e "todo o mundo ocidental".

A edição 1720 de Veja de 3 de outubro de 2001, traz na capa como tema principal da referida a edição a seguinte chamada :“Vírus Anti-EUA” e como subtítulo :”A demagogia que transformou a vítima em culpada.” .A capa é ilustrada com a bandeira estadunidense em chamas ao fundo.



Com o mesmo título da capa, uma matéria da Veja se propõe a analisar o antiamericanismo tanto no “Ocidente” quanto nos países muçulmanos. As páginas iniciais da matéria são ilustradas com a foto de pessoas pisando a bandeira americana



De acordo com a revista, mesmo não tendo passado muito tempo dos atentados, já pairavam no mundo idéias que defendiam, na visão da Veja, uma inversão de valores com os Estados Unidos passando de alvo a “, em última análise, causadores” da tragédia que se abateu sobre eles.

A matéria mesmo admitindo “os erros e até os crimes cometidos pelos Estados Unidos em sua expansão imperial”, destaca que nada justifica “as críticas de que foram alvo em demonstrações pelas capitais do mundo na semana passada eram elas próprias um atentado ao bom senso” .Assim a revista tenta impor a idéia segundo a qual a resposta para a aversão ao governo estadunidense não deve ser procurada na política imperialista implementada por Washington..

A matéria prossegue com a afirmação segundo a qual a causa da aversão aos Estados Unidos entre os árabes e outras etnias que seguem o islamismo, é facilmente identificada, posto que estes povos não toleram a “democracia” e a “modernidade” características da sociedade estadunidense. Dessa forma, mais uma vez, Veja recorre à teoria do “choque de civilizações”, mostrando a “civilização islâmica” em oposição à “civilização ocidental.

Dando continuidade a sua “análise”, a revista observa que, em grande parte dos países muçulmanos, os religiosos tem poder de Estado e convencem “jovens pauperizados e sem esperança de progresso material” que os Estados Unidos são os responsáveis pela sua miséria , isentando-se de culpa. Assim a matéria atribui a estratégias de governos “tiranos” locais a razão do repúdio à presença estadunidense.

Mas se para “compreender” o antiamericanismo nos países islâmicos, onde “Alá é a bússola dos povos” e as manifestações contrárias aos Estados Unidos foram “um teatro orquestrado” , Veja recorreu á teoria de mostrar a “civilização árabe “ como contrária à democracia e outros valores da “civilização ocidental”; para justificar o antiamericanismo no “Ocidente” ela teve que recorrer a outras estratégias .Uma delas é defender que essa “má vontade” em relação ao império estadunidense é derivada do poder natural que “a maior potencia militar e econômica do planeta” tem de atrair simpatizantes e detratores. As vozes que se levantam contra o governo de Washington são tratados com adjetivos depreciativos como “representantes indistintos da tolice nacional” , “raposas da esquerda” .Segundo a matéria, o antiamericanismo pode ser associado a “força avassaladora do modelo americano” que teria suscitado um

“sentimento planetário de insegurança e impotência”. Outro fator levantado pela matéria que poderia explicar o antiamericanismo seria a “inveja pura e simples”, uma vez que, como afirmou o articulista inglês Bryan Appleyard, citado pela Veja: “Os americanos são hoje os mais inteligentes, mais educados e cultos povos do planeta”¹⁰⁴.

Tentando disfarçar seu alinhamento aos interesses estadunidenses e buscando passar uma imparcialidade no assunto abordado, Veja chega a fazer algumas considerações críticas ao governo de Washington. Nesse sentido, menciona a não-ratificação do Protocolo de Kyoto e sua postura, muitas vezes, arrogante e até hipócrita. Nada porém, capaz de mudar a postura simpática às políticas estadunidenses adotada pela matéria. Podemos entender esse artifício da revista, recorrendo mais uma vez a Chomsky e Herman, os quais defendem que::

“A beleza do sistema, entretanto, reside no fato de que tanto a dissensão quanto as informações inconvenientes são mantidas dentro dos limites e nas margens, de forma que, enquanto sua presença mostra que o sistema não é monolítico, elas não são grandes o suficiente para interferir de maneira indevida nos domínios da agenda oficial.”¹⁰⁵

.Neste sentido, verificamos que a “análise” feita pela Veja do antiamericanismo que, na sua visão é “Primitivo como ideologia de mobilização” se pautou pela tentativa de reduzir as manifestações contrárias ao império estadunidense à sentimentos invejosos provocados por sua pujança econômica e sua primazia “cultural” assim como pelo caracterização da “civilização islâmica” como hostil aos valores característicos da nação líder do ocidente.

“Os novos amigos dos EUA” assim se chamou a matéria na qual Veja abordou as “amizades de ocasião” dos Estados Unidos com países como Quirquistão, Cazaquistão, Turcomenistão e a Geórgia, países próximos ao Afeganistão e que ,

¹⁰⁴ O vírus ANTI-EUA, Veja 03/10/2001.p,62

¹⁰⁵ CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. *A manipulação do público*. Política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo, Futura. 2003.p12

portanto, poderiam ser de base para as tropas americanas. A revista chama a atenção para o fato dessas alianças serem feitas, a despeito do histórico desses países, devido a ajuda que eles poderiam dar aos Estados Unidos na luta contra o terrorismo.

No entanto, Veja não menciona que a guerra do Afeganistão serviria para marcar a presença militar estadunidense na Ásia e na bacia do Cáspio e encaixava-se na estratégia global (...) de tomar o controle das reservas de petróleo, acrescidas nesse caso específico pelo gás.¹⁰⁶

Além da importância geoestratégica do Afeganistão para política imperialista estadunidense, devido ao fato de situar-se numa região de passagem entre o Oriente Médio e a Ásia Central..

Em sua edição de 21/11/ 2001, numa matéria intitulada “Só falta Bin Laden”, Veja aborda a derrota do Talibã e a conquista de Cabul, capital do Afeganistão, pelas forças da Aliança do Norte, apoiada pelos americanos.

A revista destaca que embora haja uma lenda sobre a aversão dos afegãos aos que invadem a sua terra .Porém, ressalta a matéria, essa lenda não se aplica aos soldados americanos, visto que esses “foram recebidos com festa”.

A matéria é desenvolvida no sentido de mostrar os americanos como libertadores do povo afegão , até então oprimidos pelo governo, “fundamentalista” implantado pelos Talibãs, como se observa neste trecho:

Guardadas as proporções, a tomada de Cabul fez lembrar um pouco a comovente libertação de Paris da ocupação nazista, no fim da II Guerra. Em ambos os lugares viu-se a festa de um povo liberto do jugo de ocupantes dispostos a qualquer crueldade no esforço de moldar a realidade de acordo com sonhos de líderes lunáticos.¹⁰⁷

¹⁰⁶ ACHCAR, Gilbert. A estratégia imperialista dos Estados Unidos no Oriente Médio. In Outubro- Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n 11.2004.p.15

¹⁰⁷ Só falta Bin Laden. Veja 21/11/2001 pg 39

Assim a revista, além de comparar indiretamente os Talibãs aos nazistas, confere à invasão estadunidense a mesma importância e legitimidade de que foi investida a campanha dos Aliados durante a Segunda Guerra.

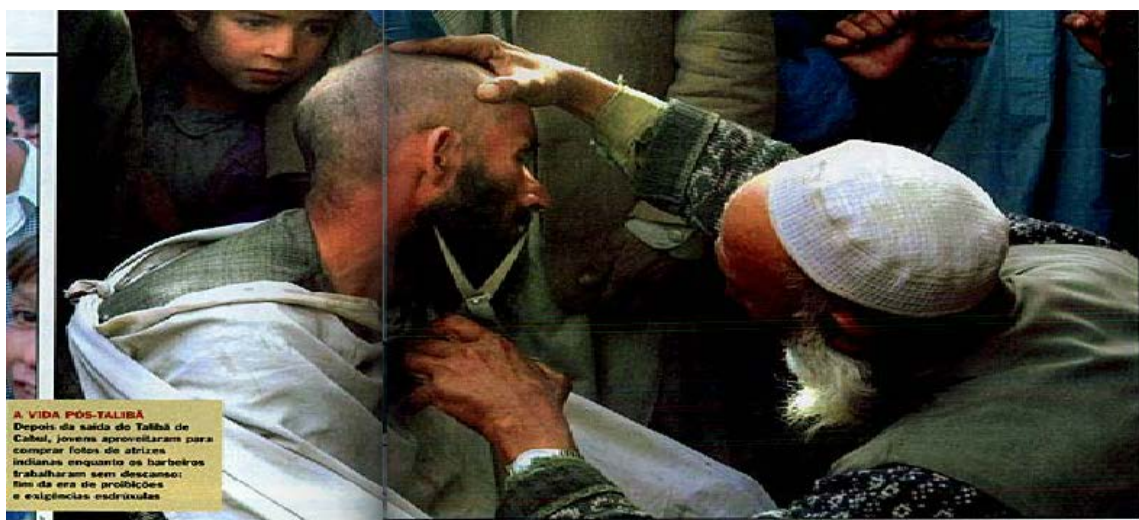
A matéria passa a descrever o retorno do povo de Cabul “à vida normal” e a reconquista da liberdade proporcionada pela ocupação americana. ” A música voltou a ser ouvida em público”, “soltou-se pipa”, “as mulheres poderão voltar a estudar e trabalhar” .As páginas iniciais trazem a foto de afegãos correndo felizes, como viessem ao encontro dos “libertadores”.



As outras páginas da matéria eram ilustradas por fotos como a de uma mulher rindo com o filho no colo e com o rosto descoberto:



E outra trazia um homem cortando a barba de outro com a tesoura.



Fotos escolhidas para demonstrar o que diz a frase final :”Até no Afeganistão, a maioria prefere a vida moderna”¹⁰⁸.

Neste caso, verifica-se a intenção da revista de mostrar a invasão estadunidense, como

¹⁰⁸ Só falta Bin Laden. Veja 21/11/2001 p.41

mais uma “missão civilizadora”, com os grandes defensores da democracia e da liberdade, salvando o povo afegão do domínio de “tiranos fundamentalistas”.

Na edição 1768 de 11 de setembro de 2002, numa matéria intitulada “11 de setembro –o mundo nunca mais foi o mesmo”, Veja destaca que “ os Estados Unidos foram à Guerra e varreram do mapa o militarismo japonês e o nazismo alemão .Um dos resultados da II Guerra foi o surgimento, em boa parte do planeta, de um ambiente de liberdade e prosperidade que nunca antes existira ”¹⁰⁹.A revista neste trecho tenta relacionar a o combate ao militarismo japonês e ao nazismo alemão à “guerra ao terrorismo”, como se legitimasse à priori qualquer ação estadunidense no sentido de “varrer do mapa” esse perigo .

Nessa mesma matéria a Veja cita mais uma vez Francis Fukuyama falando sobre sua tese segundo a qual “o mundo tinha chegado ao fim da História com a vitória da democracia liberal e do capitalismo de mercado.Para informar que num texto feito à pedido da revista, o autor se impressiona como certos povos resistem à “embarcar no trem da modernidade”.Destacando que essa resistência se dá, não devido ao desconhecimento da modernidade, mas em nome da pureza religiosa.Nesse sentido mais uma vez a Veja recorre a prerrogativa de classificar os povos islâmicos de inerentemente refratários á modernidade e pertencentes a uma “civilização’ na qual fundamentos religiosos ditam o rumo da sociedade.

Prosseguindo sua análise sobre o islã, baseada no texto de Fukuyama, a revista sustenta que .” O islã é multifacetado por várias nações, mas tem uma característica curiosa :não produziu um só país democrático e desenvolvido.”¹¹⁰ Nesse sentido, mais uma vez a revista aponta subdesenvolvimento práticas antidemocráticas como sendo inerentes à “cultura islâmica”.

Sem mencionar a política estadunidense para região, Veja reduz qualquer atitude dos povos islâmicos contra o “Ocidente” à inveja que os valores ocidentais desperta nos islâmicos.

¹⁰⁹ 11 de setembro- o mundo nunca mais foi o mesmo.Veja 11/09/2002.p.32

¹¹⁰Ibidem,p.35

A revista destaca que a primazia dos valores religiosos sobre os políticos, tornou-se urgente após o 11 de setembro e que a questão principal agora é “como desarmar a bomba-relógio do radicalismo islâmico?”

Como que tentando justificar uma possível investida Estadunidense no Iraque, a revista destaca que o consenso conseguido quando da invasão ao Afeganistão, ainda não foi obtido em relação ao então regime de Saddam Hussein.

A revista, ao falar das reações que a política externa dos Estados Unidos desperta, aponta que os “americanos estão surpresos com a descoberta de que não são amados nem admirados como sempre acreditaram” e afirma que isso é injusto posto que nenhum “ato cometido pelos Estados Unidos poderia justificar o ocorrido em 11 de setembro”. Para conferir uma certa imparcialidade e para mostrar que essas opiniões não são motivadas por motivo ideológico, Veja recorre mais uma vez a um “especialista” para avaliar a matéria. Nesse sentido, entendemos a opinião do cientista político Tom Donneelly segundo a qual ainda que “arrogantes e unilateralistas, os Estados Unidos são melhores que as alternativas”.¹¹¹

A revista observa que os atentados terroristas mudaram um pouco o ambiente nos Estados Unidos “país de fronteiras abertas, amigável com estrangeiros e terra de oportunidades.” E ressalva que a “virulência dos ataques” alterou um pouco o modo de vida dos americanos o que pode ser percebido com as medidas de segurança adotadas nos aeroportos, por exemplo. Porém nada que suscitasse uma onda de xenofobia, posto que, conclui a matéria, “O multiculturalismo-como são chamados a tolerância e o convívio com as diferenças culturais fincou raízes tão sólidas nos Estados Unidos que não se deixou abater pela retórica patrioteira pós-atentado.”¹¹² Assim toda a legislação antiterrorismo, legitimada pelo Congresso, que ampliou as prerrogativas do FBI e da CIA, que passaram a abranger a interceptação de linhas telefônicas e a vigilância de organismos não governamentais e sindicatos, assim como de jornalistas e intelectuais, foi ignorada pela revista.

¹¹¹ Idem,p.36

¹¹² Idem,p.37

Nessa mesma edição, em uma matéria intitulada “Por Que o Islã não sente remorso” ,Veja buscou analisar a razão de os árabes muçulmanos terem realizado os atentados de 11 de setembro e, em consonância com a sua postura desde o início da cobertura do evento, Veja recorre novamente a estratégia de classificá-los como bárbaros e ameaçadores à” civilização ocidental “. Destacando que uma das consequências dos atentados de 11 de setembro foi “revelar para maioria das pessoas a existência de um mundo obscuro, agressivamente primitivo e vingativo, o do fundamentalismo islâmico” ¹¹³ ,

Como que justificando, as ações expansionistas dos Estados Unidos, Veja defende que “A ofensiva militar contra a Al Qaeda é uma boa forma de neutralizar o terrorismo islâmico”. Assim qualquer política mais ofensiva elaborada por Washington encontra no ”combate ao terrorismo” uma justificativa prévia a sua implementação.

Na sua edição de 12 de fevereiro de 2003, na matéria: “Bush diz que o jogo acabou”, Veja ao destacar o fato de Bush ter assinado a ordem de envio da 101ª Divisão Aerotransportada para o Golfo Pérsico, afirma que a partir da chegada dessa divisão ” é possível que em poucos dias estejam em Bagdá, com Saddam Hussein morto ou desaparecido, seu regime desmanchado e multidões de iraquianos saudando os libertadores .”¹¹⁴ Nesse trecho podemos verificar que a revista não só apóia a intervenção americana no Iraque, mas também confere aos Estados Unidos o papel de libertadores do povo iraquiano .Assim já se delineia a posição de adesão aos interesses de Washington que marcará a cobertura da Veja sobre a guerra do Iraque.

Ainda de acordo com a matéria o “ curso da de ação do governo americano tem sido transparente: preparar tudo para guerra e deixar a diplomacia convencer os relutantes.”E afirma que o Iraque “ tem armas químicas e biológicas e as esconde dos inspetores da ONU. Também mantém um programa nuclear clandestino e já possui dois dos três componentes necessários para produzir a bomba atômica.” E assegura que ninguém “duvida que Saddam tenha ou tente ter tudo isso.” A matéria é elaborada de modo a enfatizar o perigo representado pelo regime de Bagdá, como se os países que relutavam em apoiar uma ação militar o fizessem não por contestarem a evidência das

¹¹³ Por que o islã não sente remorso.Veja 11/09/2002,p,56

¹¹⁴ Bush diz que o jogo acabou,Veja 12 de fevereiro de 2003,p.46

“provas” apresentadas por Washington, mas por hesitarem em utilizar “ o recurso extremo da guerra.”

Na edição 1791 de 26 de fevereiro de 2003, numa matéria chamada “:Por que eles odeiam Bush?”, Veja traz uma seção especial que visa a entender a razão do ódio que o então presidente George W Bush desperta em várias partes do mundo. A matéria inicia-se com a afirmação segundo a qual o antiamericanismo classificado por ela com um , “sentimento em geral inconsequente”¹¹⁵ , havia ressurgido em várias capitais do mundo.

A revista compara os protestos realizados quando do ataque ao Afeganistão nos quais os manifestantes “colocaram os EUA como vilões e os talibãs como vítimas, quando se sabia que os religiosos fundamentalistas daquele país davam guarita aos campos de treinamento da organização Al Qaeda, de Osama Bin Laden.” E observa que então a questão que envolvia o Iraque era mais complicada e começa a desqualificar os argumentos dos que são contrários à Guerra do Iraque. Assim surgem trechos como esse ” a suspeita de que Bush quer fazer só para se apossar dos campos petrolíferos do Iraque é infantil. As companhias petrolíferas respondem por apenas 6% da riqueza americana e há dúvida se suas ações ganhariam algum valor caso o petróleo iraquiano voltasse a jorrar no mercado mundial.”¹¹⁶

Utilizando-se mais uma vez da estratégia de recorrer a um “especialista” para ao mesmo tempo validar opiniões, matéria traz a opinião do filósofo francês – Henry Lévy segundo a qual “ na história recente da humanidade, o ódio contra os Estados Unidos tem sido um dos principais vínculos estruturais entre os três tipos de totalitarismo: o facismo, o comunismo e o islamismo.”¹¹⁷

Nesse sentido, baseada na opinião do filósofo, a revista busca desqualificar os que se contrapõem aos Estados Unidos, como que se opusessem ao governo estadunidense apenas regimes e/ou religião autoritárias, logo opostos ao ideal de liberdade e democracia que a revista tenta relacionar os Estados Unidos.

¹¹⁵ Por que eles odeiam Bush?. Veja 26/02/2003.p.36

¹¹⁶ Ibidem,p.40

¹¹⁷ Idem,p.40

A matéria termina com a revista apontando mais um motivo para os Estados Unidos serem odiados:

porque há décadas vivem em uma era de prosperidade sem igual na história humana.(...)Além disso, os Estados Unidos têm valores, como a democracia e a liberdade absoluta de manifestação de ideias e crenças, que chocam todos aprovam regimes totalitários, entre eles os radicais islâmicos. Os EUA, como país, resultaram da convivência das diferenças .O individualismo de seu povo é uma característica cujos resultados são assombrosamente positivos.”¹¹⁸

Da maneira como a matéria exalta as qualidades dos Estados Unidos, percebemos que só um sentimento “em geral inconsequente” pode suscitar críticas aos americanos.

Ao acentuar o perigo representado pelo que ela chama de radicalismo islâmico, Veja visa a justificar a priori uma provável ação militar no Iraque.Dentro desse contexto é que devemos analisar trechos como esse: “ O combate ao radicalismo islâmico é uma atitude que só não interessa aos radicais do Islã. Interessa a todos que não querem ver nenhum outro atentado de Osama Bin Laden. Interessa ainda aos que não toleram a propagação do fanatismo religioso. E também aos que detestam assistir ao anulamento das mulheres como acontece em certos países fazem uma leitura reacionária do livro sagrado dos muçulmanos. Por fim, devem torcer para a derrocada do fanatismo religioso todos aqueles que não aceitam colocar em risco valores universais como democracia e liberdade de expressão. Todos esses devem ter interesse máximo no sucesso de uma política americana de combate ao radicalismo islâmico.”¹¹⁹

Da maneira como é desenvolvida a matéria, dá a impressão que há um consenso em relação a uma ação militar no Iraque, tendo em vista que todos, salvo os radicais islâmicos, devem torcer por uma vitória dos Estados Unidos.

Na edição 1794 de 19 de março de 2003,numa matéria intitulada “Potência Isolada”, Veja visa a analisar a intenção de os Estados Unidos de deflagrar uma guerra

¹¹⁸ Idem,p.40

¹¹⁹ Idem,p.42

com o Iraque, mesmo sem o apoio da ONU .Ainda que a matéria ressalve que o presidente Bush, dentre as várias razões certas para investir na derrubada de Saddam Hussein, tenha optado pela opção errada, ela enfatiza a figura “sanguinária” do presidente iraquiano para depois afirmar que guerra “é um assunto sério e, quando se mostram inevitáveis, as guerras precisam ser travadas.”¹²⁰

Assim, a despeito de os Estados Unidos não obterem o apoio da ONU, a guerra se justifica por se mostrar inevitável.

Na sua edição 1795 de 26 de março de 2003, numa matéria chamada “A América precisa da ONU”, Veja aborda a relação dos Estados Unidos e a ONU, dizendo que esta é um organismo fundamental para os americanos “porque eles aprenderam que a melhor forma de exercer sua hegemonia no mundo é por meio do consenso”.Segundo a revista, os Estados Unidos não são um “império colonialista” e se impõem “por força de sua extraordinária economia, pelo apelo universal de sua cultura e por cultivar a imagem de terra da liberdade e da oportunidade”¹²¹

De acordo com a revista, a truculência do governo de George W Bush seria uma exceção à História dos Estados Unidos e à sua “imagem moral” cujo abalo seria uma das motivações das manifestações contra a intervenção estadunidense no Iraque, como se verifica neste trecho:

“É curioso observar que, à parte o antiamericanismo esquerdista, a fúria islâmica e o pacifismo maluquete, para o qual não existem guerras justas, um dos motores das manifestações contra a intervenção dos Estados Unidos no Iraque talvez seja justamente uma indignação até certo ponto inconsciente com o esfacelamento da imagem moral americana perpetrado pelo governo de George W Bush.”¹²²

Depois de, como no trecho acima, depreciar os que se opõem á invasão do Iraque, a matéria prossegue com a informação de que essa “imagem“ foi preservada mesmo quando o presidente Bill Clinton interveio em Kosovo, sem a permissão do

¹²⁰ Potência isolada.Veja 19/03/2003

¹²¹ A América precisa da ONU,Veja 26/03/ 2003.p.76

¹²² Ibidem,p.76

Conselho de Segurança da ONU. Destacando que na ocasião não houve manifestação contra os Estados Unidos, posto que “ a superpotência estava cumprindo o seu papel de transformar em ação efetiva o que já era opinião unânime- a necessidade de por fim a selvagerias.” .Porém, em relação ao Iraque, houve protestos que “trariam assim embutida a decepção como o fato de os americanos estão sendo bem pouco...americanos”.

Para concluir, a matéria ressalta que os russos seriam mais russos quando calcinam chechenos; os chineses seriam mais chineses quando asfixiam o Tibete. E observa que poucos protestaram nas ruas contra “essas tragédias”, pois nesses casos não haveria nada que contrariasse a História desses países. Enquanto os Estados Unidos “forjaram-se em cima de uma esperança- ou, vá lá, de uma miragem de esperança- não só para os americanos, mas para o mundo.”

Da forma como é elaborada, a matéria tenta impor a ideia segundo a qual a atitude dos Estados Unidos em relação ao Iraque seria uma exceção que contraria a “imagem moral” que caracterizaria o país

Na edição 1796 de 2 de abril de 2003, Veja traz uma entrevista nas “Páginas Amarelas” com Bernard Lewis descrito como “uma das maiores autoridades em Oriente Médio” que possui “uma extensa erudição” e é “um ferrenho defensor da democracia na religião”.

Perguntado se a invasão do Iraque não marcaria uma nova etapa da dominação estrangeira no Iraque, Bernard Lewis responde que o “ real perigo no Oriente Médio, no entanto, é de outra natureza. Refiro-me aos conflitos armados e ao sentimento cultivado pelos árabes de que são uns coitadinhos e injustiçados. Um cenário em que homens-bomba se tornem uma metáfora da região como um todo é inaceitável.”¹²³

Quando perguntado se os reformistas da Arábia Saudita estão certos ao denunciarem os Estados Unidos por apoiarem governos despóticos, Bernard Lewis responde que os “muçulmanos são os herdeiros de uma grande civilização que estão numa fase ruim e é nossa missão ajudá-los .E com um pequeno empurrão, eles voltarão

¹²³ Páginas Amarelas, Veja 02/04/2003

ao elevado estágio de desenvolvimento que já desfrutaram no passado. Essa estratégia, infelizmente, é chamada pelos críticos de imperialismo.”¹²⁴

Esse “empurrão” de que fala Lewis pode ser interpretado como a intervenção estadunidense que traria de volta o “elevado estágio” de desenvolvimento que eles desfrutaram no passado.

Essa resposta é colocada em destaque como sendo a mais representativa das respostas/ideias de Lewis e a qual confere autoridade à posição adotada pela revista nas matérias sobre o islamismo e o mundo árabe.



¹²⁴ Ibidem,p,13

pois agora “o que existe são o rancor e o desencanto com a modernidade do Ocidente e o medo do terrorismo nas capitais ocidentais.”¹²⁵.

Em consonância com sua posição de considerar os povos árabes “bárbaros e não-civilizados”, Veja ressalta que devido à influência do Ocidente, “as tribos árabes não mais se dizimam em lutas fratricidas”. Como se fosse necessária a “ajuda” do Ocidente para levar a “civilização” aos povos islâmicos.,¹²⁶

A revista prossegue sua análise destacando que há uma grande diversidade étnica, religiosa e política entre os países islâmicos, porém existe um aspecto, classificado por ela como preocupante, comum a todos eles :”o número de pessoas que desconfiam das intenções do Ocidente, em especial dos Estados Unidos, cresce ano a ano”.¹²⁷

E para avaliar sua matéria recorre ao “especialista” Daniel Pipes autor do livro “O islã militante chega à América” afirma que atualmente um em cada dez muçulmanos filiou-se a alguma vertente “fanática” em seu país e que no mundo islâmico haveria um exército potencial do terror de “120 milhões de cabeças”.

Logo diante de tão expressivo contingente de terroristas que são potenciais ameaças à paz mundial e à “civilização ocidental”, qualquer intervenção encontra-se justificada e/ou ansiada para empreender um ajuste cultural nesses povos de modo a evitar a surgimento de terroristas.

A revista utiliza-se da estratégia de desqualificar as opiniões contrárias à guerra do Iraque. Nesse sentido, manifestações contrárias à intervenção estadunidense ou são provocadas por uma disseminada e , na concepção da revista, injustificada “má vontade” em relação aos Estados Unidos ou provocadas por “países que não podem tolerar manifestações de rua contra seus governos, eles admitem que as pessoas se

¹²⁵ A hora dos radicais, Veja 02/04/2003, p.62

¹²⁶ Ibidem,p.62

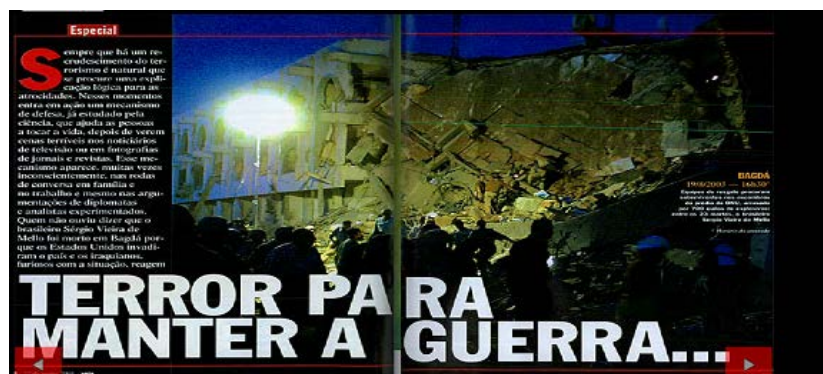
¹²⁷ Idem,p,63

reúnam e gritem slogans contra os Estados Unidos .O ódio aos americanos funciona como válvula de escape.”¹²⁸

Portanto, mais uma vez, a revista ignora o papel das ações da política externa estadunidense para o Oriente Médio no surgimento do sentimento de ódio aos Estados Unidos nos povos islâmicos

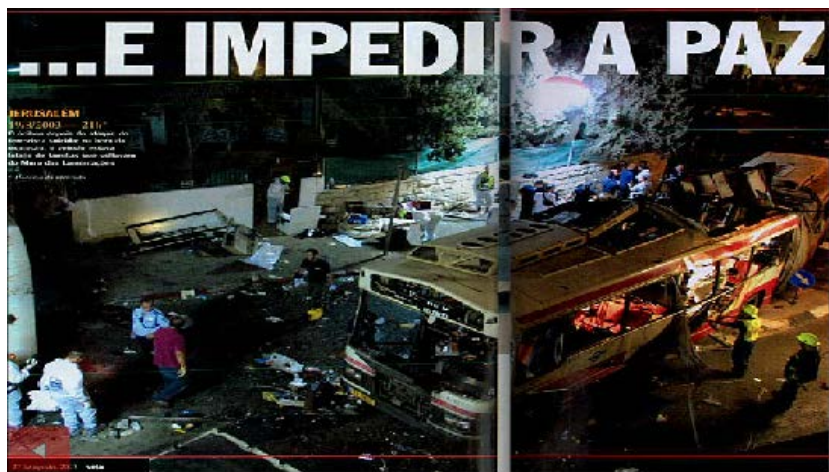
Na edição 1798 de 16 de abril de 2003, na matéria “O regime decapitado” , embora a revista aponte riscos na estratégia americana- como a persistência de focos de armados leais ao ditador deposto e a possibilidade de surgir “centenas de Bin Laden em cada país islâmico”- destaca que até “sexta-feira passada, no entanto, o que se via eram iraquianos sorridentes junto aos ocupantes americanos .Ressaltando inclusive a postura de grupos de habitantes de Bagdá os quais “adaptaram o chavão preferido de Saddam às novas circunstâncias” .Passando a entoar a seguinte cantiga “Com nosso sangue, com nossa alma, nós vamos defender você, Bush! Bush! Bush!”¹²⁹

Na sua edição 1817 de 27 de agosto de 2003, traz a seguinte matéria:



¹²⁸ A hora dos radicais. Veja 02/04/2003.p.65-66

¹²⁹ O regime decapitado. Veja 16/04/2003.p 48



A matéria destaca a ironia contida no fato de o maior ataque sofrido pela ONU, tendo em vista que os Estados Unidos, terem invadido o Iraque sem a aprovação da organização. O que ,segundo a Veja , demonstra como é “desimportante o fato de os Estados Unidos ter ou não o tal respaldo internacional para sua guerra contra Saddam”.¹³⁰.Nesse sentido a decisão unilateral dos Estados Unidos de invadir o Iraque, não contribuiu a decisão de atacar a sede da ONU no Iraque.

A matéria se propõe a analisar os atentados terroristas à sede da ONU no Iraque, os quais mataram o brasileiro Celso Vieira de Melo..Logo no início percebe-se a tentativa de afastar qualquer relação entre os atentados e a invasão estadunidense ao Iraque. E afirma que quem defende essa relação está realizando um “tipo de racionalização” que é “ilusório” Para avaliar sua afirmação , a matéria traz a opinião de “um dos mais respeitados estudiosos do fenômeno do terrorismo”, o americano Walter Laqueur, o qual defende que o “terrorismo se nutre das justificativas que tiram dos ombros de seus autores o peso moral do crime que cometem”, e assegura que o “terror é um mal em si”, que “atenta contra a civilização” .Nesse sentido, de acordo com a matéria, cada atentado deve ser julgado “por seu significado concreto, que são os corpos dilacerados e seu efeitos perversos sobre a sociedade atingida pelos estilhaços”. E não por “supostas motivações ideológicas, históricas ou religiosas”.¹³¹

¹³⁰ Terror para manter a guerra e impedir a paz, Veja 27/08/2003.p.49

¹³¹ Ibidem, p.50

Fica explícita a tentativa da revista de não conferir às ações da política externa estadunidense na região qualquer culpa no sentido de motivar o surgimento de ataques terroristas.

Segundo a matéria, para os terroristas cometerem os atentados de 11 de setembro de 2001 não foi preciso “nenhum pretexto objetivo”. Assim, o “ maior atentado terrorista da história” ocorreu sem uma “provocação prévia” por parte dos Estados Unidos. Da maneira como a matéria é elaborada, tenta-se impor a visão segundo a qual, os atentados terroristas de 11 de setembro foram a expressão da “insanidade” dos terroristas islâmicos que se nutrem de um “antiamericanismo” injustificável. Como se percebe neste trecho:

“ A dimensão da insanidade nessa seara pode ser mais bem entendida quando se presta atenção no modo como o antiamericanismo que gerou os atentados agora se realimenta da própria reação americana à agressão sofrida. Em essência, a lógica do terrorismo é a mesma do DNA da célula cancerígena: seu objetivo principal é reproduzir-se sem parar. Nesse processo apodera-se das motivações que tem à mão para justificar a própria existência. O mais comum é que se crie uma mitologia de agravos passados ou use a desculpa de ter sofrido de males de mesmo grau.”¹³²

Ainda segundo a matéria o “ terror” é o responsável pela transformação dos Estados Unidos “de um país de liberdade em uma nação vigilante, temerosa do pior, com as armas engatilhadas interna e externamente”.E destaca que é “ bom ter em mente, que sem os atentados ao Pentágono e ao World Trade Center, George W. Bush e os neoconservadores que o cercam não teriam ido tão longe em sua negação dos valores de liberdade que fizeram dos Estados Unidos um símbolo para o mundo.”

Ainda segundo a matéria, tornou-se impossível aos EUA manter uma atitude benevolente após os atentados.

Prosseguindo com a postura de eximir os Estados Unidos pelo que acontece no Iraque, a matéria destaca que a “estratégia de Bush está agora sendo desafiada pelos acontecimentos no Iraque e em Israel- mas isso se deve menos a seus defeitos e mais à perversidade de seus inimigos”.

¹³² Idem,p.48

Nesse sentido, a revista mais uma vez eximi à política estadunidense de culpa pelo caos instaurado no Iraque após à deposição de Saddam Hussein.

Na edição de Veja 1834 de 24 de dezembro de 2003, Veja descreve da seguinte forma a prisão de Saddam Hussein pelos Estados Unidos:

“A captura do tirano encerra uma fase da guerra no Iraque. Os Estados Unidos invadiram o país em março com a missão explícita de depor Saddam Hussein e de desbaratar seu estoque de armas de destruição em massa .Apesar de terem procurado atrás de cada pedra, os americanos até agora não encontraram vestígios de tal arsenal. É um tanto constrangedor para Casa Branca, mas não altera na essência o objetivo da guerra, que era eliminar o foco de instabilidade no coração do Oriente Médio.Não foi o armamento proibido que transformou Saddam num perigo global, e sim seu insaciável apetite por conquistar territórios vizinhos e patrocinar o terrorismo.”¹³³

Depois de sustentar a versão segundo a qual a invasão do Iraque era necessária devido ao fato do Iraque possuir armas biológicas, uma vez que não foram encontradas essas armas, Veja continuou apoiando a invasão agora justificada pelo “patrocínio do terrorismo” feito por Saddam Hussein e pelo “apetite de conquistar territórios vizinhos” que causavam “instabilidade no coração do Oriente Médio.

¹³³ Do palácio a uma toca de rato.Veja 24/12/2003,p.40

Capítulo 3

Sobre imperialismo e cultura

3.1-O 11 de setembro e o debate sobre o imperialismo.

Como minha pesquisa busca analisar como a mídia justifica as intervenções de Washington, cabe aqui fazer algumas considerações acerca das práticas imperialistas estadunidenses.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 contribuíram para a retomada do debate sobre o imperialismo, tendo em vista que lançaram uma luz sobre a política estadunidense no Oriente Médio. Assim como a invasão estadunidense ao Afeganistão e ao Iraque mostraram que aspectos ligados ao imperialismo como pressão econômica e política, assim como utilização de força militar ainda vigoram na atual conjuntura internacional.

Como destacam Ciro Flamarion e Virgínia Fontes, o termo "império", derivado do latim *imperium*, é muito antigo. Suas origens remontam à Roma antiga na qual designava um poder pessoal de abrangência extremamente ampla, civil e militar, de embasamento religioso.¹³⁴

Já "Imperialismo", observam os autores, comparado com "império" e "imperador", é termo muito mais recente no que diz respeito ao seu surgimento no vocabulário das línguas modernas. Num primeiro momento, ainda segundo os autores, a palavra, de cunho descritivo, é criada no século XIX, significando sobretudo uma política ativa de conquista e subordinação de territórios por parte de Inglaterra e França, avanço imperial estimulado pela expansão do capitalismo nesses países e amparado pela suposição de uma missão civilizadora que deveriam cumprir.

No livro *Império*, Toni Negri e Michael Hardt defendem que, em decorrência da

¹³⁴ FONTES, Virgínia e CARDOSO, Ciro Flamarion. Apresentação. In Revista Tempo, volume 9, nº 18. Rio de Janeiro. 7 Letras/Eduff, 2005. pg. 11

globalização, há uma gradativa diminuição da soberania do Estado-nação, segundo os autores, esta soberania encontra-se pulverizada em diversos organismos nacionais e supranacionais, ligados por uma lógica única.¹³⁵

Na concepção de Negri e Hardt, “império” distingue-se claramente de “imperialismo” posto que este era uma expansão da soberania dos Estados-nação, transcendendo suas fronteiras. Já o império caracteriza-se pela ausência de um centro territorial de poder e pela não-definição rígida de suas fronteiras, sendo o mundo inteiro sua potencial área de expansão.

A condição de superpotência hegemônica que atualmente é atribuída aos Estados Unidos, é contestada pelos autores, para os quais o lugar antes ocupado pelas nações européias não é passível de ser preenchido pelos Estados Unidos, posto que nenhum Estado-nação poderá ser o centro de um novo projeto imperialista, tendo em vista que o imperialismo, segundo eles, acabou.¹³⁶

De acordo com os autores, o império tem como principal determinação expandir o domínio dos consensos que servem de apoio do seu próprio poder.

Outra característica importante do império salientada por Negri e Hardt, é a transformação processada no âmbito da lei interna dos Estados-nação que passou a ser determinado por uma lei supranacional, cuja característica mais marcante é o desenvolvimento do chamado direito de intervenção, que consiste no direito ou dever que têm os senhores dominantes da ordem mundial de intervir em territórios de outros senhores, no alegado interesse de prevenir ou resolver problemas humanitários, garantindo acordos e impondo a paz.¹³⁷

Negri e Hardt ressaltam que a comunicação além de expressar, organiza o movimento de globalização, sendo o imaginário guiado e canalizado dentro da máquina de comunicação.

Eles concebem o império como sendo forjado a partir das demandas e lutas da multidão. Ainda segundo os autores, são as forças criadoras desta multidão que sustentam o império, são capazes também de construir, independentemente, uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais.¹³⁸

Negri e Hardt destacam que o império cria um potencial maior de revolução do

¹³⁵ HARDT, Michael e NEGRI, Toni. Império. Rio de Janeiro. Record. 2004. pg 11

¹³⁶ Ibidem. p. 14

¹³⁷ Idem, p. 34

¹³⁸ Idem. p. 62

que os regimes modernos, visto que nos apresenta, associado à máquina de comando, uma alternativa: o conjunto de todos os explorados e subjugados, uma multidão que se opõem diretamente ao império, sem mediadores.

Aijaz Ahmad refuta o termo “novo imperialismo” contrapondo a ele o termo “imperialismo de nosso tempo” para classificar a conjuntura atual. Segundo ele, o imperialismo tem ganhado diversas formas e se reinventado a si mesmo à medida que as estruturas do capitalismo global são alteradas.¹³⁹

O autor destaca que este imperialismo do nosso tempo é pós-colonial, pois prescinde de governo colonial. Esta opção pelo imperialismo “informal” em detrimento do “formal”, prossegue o autor, não é ideológica, mas uma imposição da atual composição do capital global..¹⁴⁰

Ele ressalta como característica fundamental imperialismo de nosso tempo, o fato dele surgir do fim das grandes rivalidades inter-imperialistas que marcaram a política global do século XX. Ahmad salienta que o fim destas rivalidades permitiram aos Estados Unidos acabar, sem empecilhos, com as conquistas que as classes trabalhadoras e as nações oprimidas haviam conseguido.¹⁴¹

O autor observa que os Estados Unidos conquistaram uma posição hegemônica tal que a previsão feitas por muitos de uma nova rivalidade inter-imperialista envolvendo os Estados Unidos e União Européia, devido ao tamanho da economia desta, é facilmente desacreditada ao atentarmos para o fato de que além do poder militar dos Estados Unidos ser muito maior do que o poder de toda Europa unida, sua presença em mais de cem países contrasta com a da França ou da Alemanha e, em consequência deste contraste, a OTAN só atua em lugares sugeridos pelo governo de Washington.

Segundo Aijaz Ahmad, a originalidade da conjuntura na qual se desenvolve o imperialismo de nosso tempo, diferente da época de Lenin, é que seu centro-formado por países capitalistas- não está constituído nem por rivais nem por iguais.

O autor aponta como primeira especificidade intrínseca ao atual governo dos Estados Unidos, a oportunidade que a dissolução do bloco soviético conferiu-lhe para, pela primeira vez na história da humanidade, ser um único poder imperial, tão preponderante sobre os seus rivais que, efetivamente, não tem nenhum rival no momento

¹³⁹ AHMAD, Aijaz. Imperialismo de nuestro tiempo. In PANITCH, Leo e LEYS, Colin (ed.). *Socialist register 2004: el nuevo desafío imperial*. Buenos Aires, CLACSO. pg.76

¹⁴⁰ Ibidem. p.77

¹⁴¹ Idem. p.83

em que qual possui a capacidade para dominar o mundo.

Ele aponta como segunda especificidade do atual governo de Washington, o fato de que desde 1914 até o período atual, nunca houve uma concentração tão forte da extrema direita, que pôde monopolizar as instituições governamentais norte-americanas, uma força tão renitente em seus projetos e ideologia que não reconhece limites para suas ambições globais.

Ahmad contesta a concepção de soberania supra-nacional de Negri e Hardt, segundo a qual há uma globalização tão absoluta que é impossível localizar em nenhum lugar em particular o atual centro do poder. Ele afirma que, na realidade, o que ocorre é que os Estados Unidos fazem valer seu, auto-concedido, direito de atuar por seus próprios interesses, desrespeitando a soberania dos outros países, e é aí que a soberania do estado imperial parece não ter fronteiras.¹⁴²

Desde os anos 1970 e 1980, aponta Pablo Gonzáles Casanova, as redefinições ou reestruturações do imperialismo deram uma força especial ao processo conhecido como "globalização". À luz desse processo se delinearão as novas formas de expansão das grandes potências e, em particular, dos Estados Unidos.¹⁴³

A globalização neoliberal, iniciada no fim do século XX, teve como objetivos centrais, enumera o autor a privatização dos recursos públicos; a desnacionalização das empresas e patrimônios dos Estados e povos; o enfraquecimento e ruptura dos compromissos do Estado social; a "flexibilização" ou supressão dos direitos trabalhistas e da previdência social dos trabalhadores; o desamparo dos camponeses pobres em benefício das grandes companhias agrícolas, particularmente as dos Estados Unidos e a mercantilização de serviços antes públicos -como a saúde a educação etc..

Segundo Tariq Ali, após a Segunda Guerra Mundial, política e economia ficaram entrelaçadas. A necessidade de matéria-prima significava um número cada vez maior de intervenções políticas. O papel de polícia global assumido pelos Estados Unidos, neste período, teria um enorme impacto dentro do país.

A indústria de armamentos cria um setor estável, que não é afetado pelas flutuações da economia. Desenvolveu-se uma simbiose entre a indústria de defesa, os oficiais superiores das forças armadas e os políticos, levando à criação de um poderoso

¹⁴² Idem, p.85

¹⁴³ CASANOVA, Pablo Gonzáles. O imperialismo hoje.. In Revista Tempo, volume 9, n.18. Rio de Janeiro. 7 Letras/Eduff, 2005. p.11

nexo-militar-industrial-político.¹⁴⁴

István Mészáros ressalta que, hoje, a competição entre grupos de empresas gigantescas e seus governos tem um importante elemento limitador: o enorme poder dos Estados Unidos, que tendem perigosamente assumir o papel do Estado do sistema do capital em si, submetendo, por todos os meios de que dispõem, todas as potências rivais.

Mészáros observa que, como ocorre com toda contradição importante de um dado sistema, as condições objetivas impulsionam a estratégia da dominação hegemônica por uma superpotência econômica e militar, não importa a que custo, para tentar superar a separação estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais.¹⁴⁵

Mészáros destaca que, com suas bases militares, os Estados Unidos ocupam militarmente o território de 69 países, número que continua crescendo com a ampliação da OTAN. Bases essas que são utilizadas em benefício exclusivo do poder de ocupação, de maneira a lhe proporcionar condições de impor políticas que melhor atendam seus interesses.

É nesse contexto que se inserem as intervenções americanas nos Balcãs, no Afeganistão assim como a Guerra do Golfo e a recente invasão ao Iraque .

Segundo Leo Panitch e Sam Gindin, é surpreendente a falta de uma análise séria da economia política ou dos padrões históricos de determinação que expliquem o surgimento e reprodução do império norte-americano atual, e das dimensões estruturais da opressão e exploração pertencentes a ele.¹⁴⁶

Ainda de acordo com Leo Panitch e Sam Gindin, alguns autores enfatizavam as contradições crescentes dentro do mundo capitalista desenvolvido, promovendo a visão de que a “hegemonia” norte-americana estava em declínio. Esta se converteu na perspectiva predominante e por volta de meados dos anos oitenta a noção de que “a erosão do poder econômico, político e militar dos EUA é inconfundível” converteu-se em um lugar comum.¹⁴⁷

¹⁴⁴ ALL.op.cit.p.369

¹⁴⁵ MÉSZÁROS, István. *O século XXI. Socialismo ou barbárie?* São Paulo, Boitempo. 2003.

¹⁴⁶ PANITCH, L e GINDIN, Sam. *Capitalismo global e império norteamericano*, IN. PANITCH, L. e LEYS, Colin.(orgs) *El nuevo desafío imperial*. B. Aires, Clacso, 2004.p.20

¹⁴⁷ Ibidem.p.21

Panitch e Gindin, ressaltam a necessidade de criação de uma nova teoria imperialista de esquerda para analisar a atual fase do imperialismo, assim nas palavras dos próprios autores:

A esquerda necessita de uma nova teorização do imperialismo, que transcenda as limitações da antiga teoria marxista da rivalidade interimperialista “por etapas”, e permita uma apreciação mais completa dos fatores históricos que conduziram à formação de um singular império informal norte-americano. Isto requer compreender como o estado norte-americano desenvolveu a capacidade de incorporar eventualmente seus rivais capitalistas e vigiar e policiar a “globalização” –isto é, a difusão das relações sociais capitalistas a todos os recantos do mundo. A teoria deveria ser capaz de responder às questões de que tornou plausível a insistência do estado norte-americano em declarar que não era imperialista, e de como isto foi institucionalizado e posto em prática; e, ao contrário, o que torna tudo isso inverossímil hoje e quais são as conseqüências que esta falta de ocultação poderia ter em termos de seu atrativo e sua capacidade para manejar o capitalismo global e manter seu império global. (Panitch & Gindin, 2004: p.23)

Os autores destacam que as teorias clássicas do imperialismo desenvolvidas nesse período, desde Hobson a Lênin, estavam fundadas em uma teorização das crises e das fases econômicas do capitalismo. Para eles, as teorias clássicas falharam em sua leitura histórica do imperialismo, em seu tratamento da dinâmica de acumulação do capital e em sua tendência a elevar um momento conjuntural de rivalidade interimperial ao nível de uma lei imutável da globalização capitalista. (Id. ibid. p.25)

Outra carência fundamental das teorias clássicas do imperialismo deriva de uma concepção reducionista e instrumental do Estado. Panitch e Gindin defendem que “qualquer explicação sobre o imperialismo deve incluir uma análise das capacidades administrativas do estado, como também de suas determinações de classe, culturais e militares.”. Portanto, para eles, o imperialismo capitalista precisa ser pensado considerando não só a rivalidade interimperial, e a supremacia conjuntural de um estado imperial determinado, mas também como ocorre uma penetração estrutural dos antigos estados rivais por um estado imperial específico. (Id. ibid. p.26)

Porém, eles observam que isso deve ser entendido dentro do novo contexto de ordem imperial que surgiu nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, caracterizado, principalmente, pelo estado dos Estados Unidos superando de modo eficaz a fragmentação anterior do capitalismo entre impérios rivais. De acordo com os autores, o único império informal que tomou forma foi caracterizado, sobretudo, pela penetração econômica, e os

vínculos institucionais estreitos, do estado dos EUA nos demais estados de capitalismo avançado.¹⁴⁸

Panitch e Gindin apontam como de grande importância o fato de que a forma que a integração capitalista tomou nesse momento tenha afetado as formações sociais de todos os estados capitalistas avançados, fazendo com que, mesmo com o retorno da competição econômica entre os estados capitalistas avançados, qualquer retorno da rivalidade inter-imperial fosse impedido.(Panitch & Gindin 2004.p 49)

Segundo eles, o que o império informal da Grã-Bretanha havia sido incapaz de manejar (na verdade, inclusive de contemplar) no século XIX era obtido agora pelo império informal norte-americano, que de maneira bem-sucedida conseguia integrar todas as outras potências capitalistas dentro de um sistema efetivo de coordenação sob sua égide. Eles observam que classe capitalista de cada país manteve suas características distintivas, mas tanto o capital nacional enraizado historicamente e o capital estrangeiro que se estabeleceu no interior de cada país dependem agora de cada um dos países, e especialmente do estado estadunidense, para se expandir e administrar a ordem capitalista.(Panitch & Gindin 2005.p 51)

Na década de oitenta os mecanismos do neoliberalismo (a expansão e aprofundamento dos mercados e das pressões competitivas) podem ser econômicos, mas estes foram essencialmente uma resposta *política* às conquistas democráticas que haviam sido alcançadas previamente pelas classes subordinadas e que, do ponto de vista do capital, representavam um obstáculo à acumulação.Porém, eles alertam que o neoliberalismo não resultou num estado menor ou mais fraco, mas num estado no qual foi revigorado o aparato coercitivo do qual o estado imperial precisa para manter a ordem social no mundo. .(Panitch & Gindin 2004.p 48)

Outra característica importante do imperialismo estadunidense, salientada pelos autores é estratégia de classificar de “ estados canalhas” os estados que não estão inseridos dentro da área de influência do capitalismo global e de forma que nem as instituições internacionais podem reestruturá-los eficazmente e, neste sentido a invasão unilateral estadunidense se tornou cada vez mais atraente.E, segundo eles, é isso o que trouxe de volta o termo “império” para o centro do debate, e tal intervenção está carregada com todo tipo de ramificações imprevisíveis.(Ib.ibid.p 53)

Com relação ao 11 de setembro, Panitch e Gindin , defendem que já havia uma política explicitamente imperial, elaborada pelos estrategistas geopolíticos ligados ao partido

¹⁴⁸ PANITCH.L e GINDIN.Sam.As *finanças e o império estadunidense*.IN. PANITCH, L. e LEYS, Colin.(orgs) *Império reloaded*. B. Aires, Clacso, 2005.p.50

Republicano estadunidense.O ataque às torres gêmeas foi o pretexto esperado para sua implementação e a resposta de Washington revelou todas as tensões na combinação do estado americano de sua função imperial de coordenação geral com o uso de seu poder para proteger e promover seus interesses nacionais. .(Ib.ibid.p 55)

Para concluir, Panitch e Gindin apontam que para sustentar suas intervenções noutros países, o governo estadunidense precisa conquistar o apoio e limitar a oposição do próprio país, o que acentua a probabilidade do estado norte-americano tornar-se cada vez mais autoritário internamente na medida em que torna-se mais agressivo externamente.E na medida em que a face coercitiva do império torna-se patente, com sua consequente impopularidade, eles apostam no fortalecimento das lutas antiimperialistas que atraíram a força das massas tanto nos países ricos quanto nos pobres.(Ib.ibid.p 61)

Segundo Chossudovsky, , desde o 11 de setembro, os recursos do Estado foram reorientados para financiar a indústria bélica, ao mesmo tempo em que programas sociais eram cortados.O orçamento governamental foi reestruturado, canalizando-se impostos para engrossar o esquema de segurança e a polícia nacionais.¹⁴⁹

Porém, adverte Chossudovsky, ainda que a chamada segurança nacional tenha sido reforçada, a nova legislação não visava a “proteger os cidadãos do terrorismo”, mas, na verdade, defender e proteger o sistema de livre mercado; seu intuito é desarmar as coalizões de direitos civis e os que se opõem à guerra, além de limitar o crescimento do importante movimento antiglobalização.Ele salienta que, devido ao colapso da economia civil, a “segurança da pátria” e a indústria bélica são os novos pólos de crescimento dos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, aponta Chossudovsky, a legislação antiterrorismo, legitimada pelo Congresso, foi decidida pela inteligência e pela polícia militares, tendo vários incisos redigidos antes de 11 de setembro, como resposta ao movimento de protesto contra a globalização.¹⁵⁰

A nova legislação amplia as prerrogativas do FBI e da CIA, que passam a abranger a interceptação de linhas telefônicas e a vigilância de organismos não governamentais e sindicatos, assim como de jornalistas e intelectuais.

A partir dos ataques terroristas, os meios de comunicação e os discursos políticos, foram marcados pela presença de termos como “amor ao país”, “lealdade” e

¹⁴⁹ CHOSSUDOVSKY,Michel.Guerra e globalização.Antes e depois de 11 de setembro de 2001.São Paulo.Expressão Popular.2004.

¹⁵⁰ Ibidem

“patriotismo”.Conseqüentemente a mudança da produção civil para a militar resultou num desvio enorme de dinheiro para as empreiteiras da defesa, as quais se enriqueceram às custas das necessidades sociais.

Chossudovsky sentencia que, em muitos sentidos, a “crise posterior a 11 de setembro” anuncia tanto a morte da socialdemocracia ocidental quanto o fim de uma época.Com a legitimidade do sistema global de livre mercado foi fortalecida, ensejando uma nova onda de desregulamentação e privatização que, em longo prazo, levou para a iniciativa privada todos os serviços públicos e toda a infra-estrutura estatal- incluindo saúde, eletricidade, serviços de água e esgoto municipais, estradas interestaduais e radiodifusão, entre outros.¹⁵¹

A escala militar iniciada por Clinton ganhou novo ímpeto, pois os ataques de 11 de setembro legitimam o projeto de Bush de ampliar a economia de guerra como um pretexto para estimular o crescimento dos fabricantes de armas estadunidenses.Esta “legitimação”decorreria da necessidade de “defender a liberdade” e derrotar o “eixo do mal”.

No contexto da Nova Ordem Mundial, prossegue o autor, os estrategistas militares do Departamento de Estado, do Pentágono e da CIA são os que decidem quando se trata de política externa.Ele afirma que por trás do sistema são os bancos e as instituições financeiras internacionais, o complexo da industria bélica, os magnatas do petróleo e da energia, os grandes consórcios de biotecnologia e os poderosos gigantes dos meios de comunicação, os quais fabricam as notícias e abertamente influem no curso dos acontecimentos mundiais, distorcendo descaradamente a informação.

Os meio de comunicação ocidentais, apresentam Osama Bin Laden como o novo bandido do mundo, representando tanto a causa quanto a conseqüência da guerra e da devastação social.Sendo a ele atribuído inclusive a responsabilidade pela morte de civis no Afeganistão, como resultado da campanha de bombardeios dos Estados Unidos.Com o secretário de defesa Donald Rumsfeld, admitindo até utilizar armar nucleares na campanha contra a Al Qaeda.

Chossudovsky enfatiza que não interessa à política externa estadunidense deter a onda de fundamentalismo islâmico.Segundo ele, trata-se do contrário.Neste sentido, o notório ressurgimento do “islamismo radical”, depois do 11 de setembro, no Oriente Médio e na Ásia central, está de acordo com a agenda secreta de Washington, a qual consiste em apoiar , mais do que combater o terrorismo internacional, com o propósito de desestabilizar as sociedades e impedir a articulação de verdadeiros movimentos sociais opostos ao império

¹⁵¹ Idem

estadunidense. Assim, prossegue Chossudovsky, Washington continua apoiando- através de operações secretas da CIA- crescimento do fundamentalismo islâmico, particularmente na China e na Índia.¹⁵²

Ele chama a atenção para o fato de que a maioria das reportagens posteriores ao 11 de setembro afirmam que os vínculos da CIA com Bin Laden são restritos ao tempo da guerra afegã-soviética, e, portanto, são totalmente irrelevantes para os acontecimentos atuais. Em consonância com isso, os meios de comunicação ocidentais costumam ignorar o apoio da CIA às organizações terroristas internacionais durante a Guerra Fria e seus desdobramentos, esta realidade fica perdida frente ao acúmulo de notícias sobre a história recente, contribuindo assim com a agenda secreta do governo Bush.

Ele aponta como exemplo claro da distorção promovida pelos meios de comunicação a chamada “tese do bumerangue” a qual consiste em afirmar que os “recursos de inteligência voltaram-se contra seus patrocinadores. Desta forma o governo estadunidense e a CIA transformam-se em vítimas. Ele sustenta que esta tese não procede pois sua análise confirma plenamente que a CIA nunca rompeu seus vínculos com a Rede Militante Islâmica.

Chossudovsky, destaca que, ao identificar integrantes da Al-Qaeda em cerca de 50 ou 60 países, a CIA junto com o ISI, dá aos Estados Unidos uma grande margem de manobra para intervenções junto aos “Estados delinquentes” do Oriente Médio e da Ásia Central.¹⁵³

¹⁵² CHOSSUDOVSKY, Michel. Guerra e globalização. Antes e depois de 11 de setembro de 2001. São Paulo. Expressão Popular. 2004.

¹⁵³ CHOSSUDOVSKY, Michel. As pistas do “Osamagate”. Cadernos Le Monde Diplomatic. n-3. 2002.

3.2-Cultura e Civilização.

Cultura é uma noção complexa cuja origem etimológica remete ao trabalho agrícola, ao cultivo do campo.¹⁵⁴

Segundo Adriana Facina,¹⁵⁵ no século XVIII, o significado de "cultura" ganhou uma grande relevância no contexto dos estados alemães em oposição à noção de civilização. Norbert Elias discute a sociogenese da diferença entre *Kultur e Zivilisation* no emprego alemão. Para o autor, conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de coisas e traduz a consciência que a sociedade ocidental, desde o século XVII, tem de si mesma, julgando-se superior a sociedades mais ou às consideradas "primitivas". Mas, enquanto ingleses e franceses com o termo "civilização" expressam o orgulho do progresso de suas respectivas nações, para os alemães ele se remete à aparência dos seres humanos e não à sua essência.

Ainda segundo a autora, de acordo com a tipologia proposta por Elias, o conceito francês ou inglês de civilização pode referir-se a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais e também a atitudes e comportamentos. Civilização descreve sempre um processo ou o resultado de um processo, partindo da premissa de que as sociedades se movem constantemente para frente, em direção ao progresso. Nesse sentido, trata-se de um conceito fortemente universalista e que se relaciona ao expansionismo colonialista de povos cujas fronteiras e identidades nacionais já são bem definidas.

Já *Kultur* diz respeito a fatos intelectuais, artísticos e religiosos, implicando necessariamente realizações. O conceito refere-se a produtos humanos, tais como obras de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, através dos quais se traduz a individualidade de um povo. Diferentemente de civilização, portanto, é um conceito que delimita e que dá ênfase às diferenças nacionais e às identidades particulares de grupos. A principal preocupação é com a delimitação de fronteiras e identidades.

Esses conceitos, que Elias considera auto-imagens nacionais, têm a sua gênese na dinâmica das sociedades germânica e francesa do século XVIII. No contexto alemão,

¹⁵⁴ FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2004.pg.11

¹⁵⁵ .Ibidem.pg.12

havia uma oposição entre, de um lado, uma nobreza cortesã que tinha a França como principal referência de civilidade e que, por isso, via o uso da língua francesa como símbolo de civilização e, de outro lado, uma *intelligentsia* que procurava dar expressão literária e artística à língua alemã, buscando uma legitimação social baseada em realizações intelectuais, científicas ou artísticas e não em padrões de interação social pautados pela idéia de civilidade. Para essa *intelligentsia*, que o autor define ora como burguesa, ora como de classe média, a cortesia externa pouco tinha a ver com a virtude autêntica.¹⁵⁶

Desse modo, na sua origem, ainda de acordo com Facina, o termo *Kultur* expressava a auto-imagem da camada intelectual alemã, traçando uma distinção nítida entre a esfera espiritual (única de valor autêntico) e a esfera política, econômica e social. Mas, embora essa perspectiva, que opunha ao modelo aristocrático de legitimação social uma valorização das virtudes individuais, atacasse a aristocracia de corte, por outro lado a crítica era voltada basicamente contra seu comportamento humano, tido como superficial e insincero, e não contra os privilégios políticos e sociais da aristocracia.

Essa antítese, que primeiramente foi social, com a ascensão da burguesia alemã a depositária da consciência da nação, tornou-se uma antítese nacional. E a noção de *Kultur* passou a ser referida, no século XIX, às características propriamente alemãs, em contraste com as particularidades de outros povos.

Já na França, de acordo com a argumentação de Elias, prossegue a autora,¹⁵⁷ *intelligentsia* burguesa foi atraída para a sociedade cortesã, e houve um processo de aristocratização de círculos burgueses. Isso fez com que, no século XVIII, as diferenças de costumes entre os principais grupos burgueses e a aristocracia de corte fossem consideravelmente menores do que o que ocorria na Alemanha.

Essa *intelligentsia* reformista francesa, portanto, compartilhava dos padrões cortesãos que definiam a civilização, não como estado, e sim como processo a seguir. Ao contrário do que ocorria na Alemanha, as críticas dessa categoria social voltavam-se para os privilégios da corte e para a política cortesã, e não para os costumes da aristocracia.

Facina destaca que Raymond Williams também analisa a oposição entre civilização e cultura que se constitui a partir do século XVIII. Civilização era uma

¹⁵⁶ Idem.p.13

¹⁵⁷ Idem.p.14

palavra nova, que possuía dois significados principais naquele contexto do século das luzes: “um Estado realizado, que se podia contrastar com a ‘barbárie’, mas também agora um estado realizado de desenvolvimento, que implicava processo histórico e progresso”. Se há um lado positivo nessa concepção, que entende a história como mudança, como processo conduzido pelos próprios seres humanos, em contraposição à concepções mais estáticas baseadas em pressupostos religiosos ou metafísicos, por outro lado tomava-se como parâmetro evolutivo a França e a Inglaterra, civilizações consideradas como já realizadas. Como metrópoles coloniais, esses países tornavam-se modelo de uma racionalidade da história que deveria se expandir, fazendo triunfar seus valores nas áreas “menos civilizadas” do globo.

A autora observa que até fins do século XVIII, segundo Williams, civilização e cultura eram termos intercambiáveis. Porém, a partir das obras de Jean-Jacques Rousseau e também no movimento romântico, foi elaborada uma crítica à civilização como sinônimo de superficialidade e artificialidade, de valorização de aspectos exteriores da convivência social, como a polidez e a etiqueta, em detrimento do desenvolvimento da interioridade, do cultivo dos impulsos humanos mais profundos e mais próximos ao estado natural. A cultura passou a ser associada à vida interior, à subjetividade, às singularidades individuais, expressando-se nas “obras do espírito”, em especial as artes e a literatura.

Ela aponta como outro desenvolvimento importante da noção de cultura, o que se deu no romantismo alemão, quando, em reação ao universalismo iluminista, autores como Gottfried Herder propõem que a história da humanidade deve compreender a diversidade entre os povos e as suas especificidades. Cada povo teria a sua própria cultura. Assim, sustenta a autora, o mais correto seria falar em culturas no plural, remetendo à ideia de “um processo social fundamenta que modela “modos de vida” específicos e distintos.¹⁵⁸

A partir dessas análises de Elias e Williams, conclui Adriana Facina, pode-se afirmar que, nesses contextos, a noção de cultura indicaria o desenvolvimento dos indivíduos no sentido de sua formação (*Bildung*), enquanto a de civilização apontaria para progressos coletivos potencialmente universalizáveis. Portanto, nos termos dessa matriz intelectual romântica germânica, a cultura de um povo seria expressão de sua

¹⁵⁸ Idem, p.15

individualidade, de suas particularidades, e não universal. Cada povo teria um espírito, um gênio próprio, que se expressaria nas realizações individuais nos campos artístico, intelectual e moral tomadas em seu conjunto.

Porém, a autora adverte, que deve-se estar atento, como alerta E. P. Thompson, para evitar concepções de cultura que enfatizem um suposto consenso, obscurecendo conflitos, contradições e oposições existentes no universo social. Diferentemente de uma perspectiva idealista de inspiração romântica, é preciso notar que a cultura não é uma totalidade harmônica, mas sim palco de disputas, conflitos e lutas de classe que caracterizam a sociedade como um todo.¹⁵⁷

Segundo Bourdieu e Wacquant as dominações de gênero e etnia, o imperialismo cultural constitui uma violência simbólica que se apóia numa relação de comunicação coerciva para extorquir a submissão e cuja particularidade consiste, neste caso, no fato de universalizar particularismos vinculados a uma experiência histórica singular, ao fazer com que sejam desconhecidos enquanto tal e reconhecidos como universais.¹⁵⁹

Desta forma, prossegue os autores, também no século XIX muitas questões ditas filosóficas que eram debatidas em toda a Europa, como o tema spengleriano da “decadência”, partiam de particularidades e conflitos históricos próprios do universo específico dos universitários alemães, da mesma forma que hoje, inúmeros tópicos provenientes de confrontos intelectuais ligados a particularidades e particularismos da sociedade e das universidades norte-americanas se impuseram, aparentemente fora de um contexto histórico, ao conjunto do planeta.

É o que ocorre, por exemplo, ressaltam Bourdieu e Wacquant, com o debate vago e fraco em torno do “multiculturalismo”, termo importado, na Europa, para designar o pluralismo cultural na esfera cívica, enquanto nos Estados Unidos se refere, no interior do próprio movimento pelo qual ele os mascara, à exclusão contínua dos negros e à mitologia nacional do “sonho americano” da “oportunidade para todos”, correlativa da falência que afeta o sistema do ensino público num momento em que a

¹⁵⁷Idem,p.25

158. BOURDIER,Pierre e WACQUANT,Löic.O imperialismo da razão neoliberal.In Revista Possibilidades.nº 1.setembro 2004

competição pelo capital cultural se intensifica e quando as desigualdades de classe crescem vertiginosamente.¹⁶⁰

Por fim, Bordieu e Wacquant destacam que isso significa que o “multiculturalismo” leva consigo, para onde quer que seja exportado, três vícios do pensamento nacional norte-americano que são, (a) o “grupismo”, que reifica as divisões sociais, canonizadas pela burocracia estatal, em princípios do conhecimento e da reivindicação política; (b) o populismo, que toma o lugar da análise das estruturas e dos mecanismos de dominação pela celebração da cultura dos dominados e do seu “ponto de vista”- elevado ao nível de prototeoria em ação; (c) o moralismo, que é um obstáculo à aplicação de um materialismo racional sadio na análise do mundo social e econômico, condenando-nos a um debate sem efeito nem fim sobre o necessário “reconhecimento

161 .

¹⁶⁰ ibidem

¹⁶¹ Idem

4.Considerações Finais

Como o objeto da minha pesquisa trata-se de uma revista de grande circulação e influência . Considerando o papel cada vez mais ativo dos meios de comunicação no sentido de construir a memória assim como pelo fato de ser o canal(às vezes único) através do qual grande parte da população toma conhecimento de assuntos relacionados à História, cabe aqui fazer algumas breves considerações acerca da relação entre História e jornalismo.

Segundo Gérard Noriel, o desenvolvimento da pesquisa histórica permitiu superar o corte radical entre o passado e o presente, construído, em fins do século XIX, pelos historiadores profissionais afim de justificar suas competências de especialistas. Para eles, recusar o estudo do mundo contemporâneo foi uma forma de não serem confundidos os historiadores amadores: era necessário impor critérios estritos que permitiam dividir os “verdadeiros” historiadores (que criticavam as fontes) e os “amadores” , que confundiam os falsos documentos com os verdadeiros e cometiam anacronismos .¹⁶²

As reflexões dos Annales foram importantes para que se criasse uma discussão sobre o presente histórico.Marc Bloch, por exemplo questionou a ideia da história como ciência do passado, na medida em que não haveria entre o passado e o presente uma ruptura radical , pois, no infinito da duração, o presente é sempre uma forma de passado. Neste sentido, o tempo seria continuidade e mudança simultaneamente, sendo essa contradição que torna possível o ofício do historiador. Porém, grande parte daqueles que se alinharam aos fundadores dessa escola, posteriormente, desinteressaram-se pela história contemporânea. Somente no final da Segunda Guerra Mundial que o interesse pela história próxima foi retomado, ganhando, pouco a pouco, na França e, em boa medida, em diversos países, legitimidade como história do tempo presente.

Esse debate é pertinente para esse trabalho se pensarmos que, por um lado, talvez o jornalismo seja a principal instância produtora e reprodutora da memória do

¹⁶² NORIEL apud PEREIRA,Matheus Henrique.A máquina da memória(almanaque abril) –o tempo presente entre a história e o jornalismo.São Paulo, Edusc,2009

mundo contemporâneo e, por outro lado, que a necessidade da imprensa em julgar e explicar a informação levou à produção de uma história dita “imediate”. E esta necessariamente lida com fontes jornalísticas, sendo o trabalho de crítica das fontes correlato à crítica dos processos de geração de informação na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a história imediata apresenta implicações políticas claras:

“Neste contexto, a História Imediata constitui-se como potencial contraponto à história imposta pela mídia, na medida em que permite tornar compreensível o emaranhado de informações que é despejado pela mídia, conferindo racionalidade histórica ao imprevisível e desnaturalizando o naturalizado. (...) Embora as decorrências políticas estejam presentes na interpretação histórica de qualquer processo, de qualquer período histórico, transparece de maneira mais evidente na História Imediata (...).”¹⁶³

A história do tempo presente procura inscrever sua operação historiográfica na duração. No entanto, por não limitar o objeto ao instante, procura pensar e **recortar o** tempo como descontínuo. Essa história busca seguir em direção a instâncias mais profundas que um simples acesso ao mais contemporâneo, ao efêmero. O presente não é, assim, entendido como um lugar de passagem contínua entre o antes e o depois, mas como uma lacuna, uma brecha, uma possibilidade entre o passado e o futuro. (p 24)

Segundo Matheus Pereira, Paul Ricoeur ressaltou que há certas dificuldades em relação à perspectiva temporal curta, tendo em vista que o historiador escreve com a sua memória e a de outros em preseça. Há a existência de vivos no momento da exploração dos documentos. Ainda segundo Ricoeur, é necessário um sentido de fim, de uma data de término para se estabelecer um corte entre o passado e o presente, pois, na sua concepção, não haveria história até os dias atuais.

Paul Ricoeur sugere distinguir, no passado recente, o tempo presente inacabado (que traz em si previsões e antecipações para se compreender a história em curso; outro aspecto desse tempo é a impossibilidade de se consultar livremente os arquivos que muitas vezes ainda estão em processo de constituição) e o tempo presente terminado, no qual é perceptível uma consolidação do evento.¹⁶⁴

¹⁶³ CALIL, Gilberto. 2005. “*História imediata e marxismo.*” Comunicação apresentada no Simpósio Nacional da ANPUH, Londrina

¹⁶⁴ RICOEUR, apud. apud PEREIRA, Matheus Henrique. *A máquina da memória (almanaque abril) – o tempo presente entre a história e o jornalismo.* São Paulo, Edusc, 2009

No que se refere a relação entre história e memória, Matheus Pereira cita Paul Ricoeur o qual defende que a memória coletiva sempre se escreve no presente. Ela é a reconstrução da história passada no tempo presente que permite, através de um jogo de lembranças e esquecimentos, estabelecer uma identidade coletiva, exaltando, muitas vezes, com sensibilidade e emoção, elementos comuns a seus membros. Nesse sentido, ela é uma reconstrução subjetiva e concreta, ao contrário da reconstrução histórica, através do esforço da imparcialidade do historiador.

Ao tratar do debate entre historiadores e jornalistas acerca da história do tempo presente, Jean Pierre Rioux destaca que este é um encontro “provocador, mas frutífero, entre historiadores sedentos de atualidade e jornalistas em busca de legitimidade histórica”.¹⁶⁵

Jean Lacouture ressalva que é preciso frisar que jornalistas e historiadores atualmente apresentam uma tendência convergente entre seus ofícios, mas não uma conciliação entre o ritmo próprio da imprensa e o rigor do método histórico.¹⁶⁶

Neste sentido, dialoga com , Jean Pierre Rioux quando este aponta que o principal confronto no duelo entre jornalistas e historiadores está nas implicações do rigor científico no desafio de passar o real vivido e midiaticizado pelo crivo do método e da duração,

Sobre a possibilidade do presente ser objeto de análise do historiador, Beatriz Kushnir observa que o ofício do historiador seria propor correlações entre as duas temporalidades, assim nas palavras da autora: “Não é, portanto, um inventário de respostas das conseqüências do passado sobre o presente. Nesse sentido, a história do presente pensa os fatos históricos em termos dinâmicos e incorporados de atores sociais”¹⁶⁷

Outra observação interessante sobre a diferença entre o ofício do historiador e o do jornalista é a de Sonia Alem Marrach:

¹⁶⁵ RIOUX, Jean-Pierre. “Entre história e jornalismo”. In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (Orgs.). Questões para a história do presente. Bauru: EDUSC, 1999, p. 119

¹⁶⁶ LACOUTURE, Jean. “A história imediata”. In: LE GOFF, Jacques. A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 219

¹⁶⁷ KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo, Boitempo 2004

O movimento que interessa ao historiador situa-se para além ou aquém do burburinho e do escândalo. A diferença é de escuta. O historiador busca processos nem sempre visíveis, ecos sem alaridos, harmonias e ressonâncias significativas que marcam temporalidades descontínuas com ecos de continuidade. O caso Dreyfuss, o escândalo Watergate interessam ao historiador não pelas atribuições e avatares dos atores envolvidos. Mas pelas transformações sofridas pela democracia representativa no contexto da sociedade do espetáculo e dos meios de comunicação de massa, em que a política passa pelo filtro de câmaras e microfones e as massas participam da vida pública através do espetáculo das mídias.¹⁶⁸

Por fim, ainda sobre a possibilidade dos historiadores fazerem uma “história do tempo presente”, é importante frisar que- despeito da opinião de Jacques Le Goff segundo a qual “a história do presente não raro é mais bem feita pelos sociólogos, os politólogos, certos grandes jornalistas, do que por historiadores de ofício”¹⁶⁹, concordo com a opinião de Carla Silva segundo a qual “a História Imediata não vem sendo devidamente estudada pelos historiadores, embora já existam estudos que permitam subsidiar a discussão. Acaba-se deixando aos jornalistas essa função, como se o que eles escrevessem fosse “neutro””. Por isso é indispensável pensar a imprensa como fonte essencial. É necessário discutir o papel da imprensa como “desinformadora” acerca da realidade contemporânea.¹⁶⁹

¹⁶⁸ MARRACH, Sonia Alem.” *Mídias e história: A explosão do presente e a mudança da perspectiva histórica*”. In: _____ (Org.). *Desafios da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.p.281.

¹⁶⁹ LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.50.

169. SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Tese de Doutorado. Niterói UFF. 2005.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. A modernização da imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro, Jorge Zahar.2002

ABREU, Alzira Alves de e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A imprensa em transição. Rio de Janeiro, FGV. 1996

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA,Dora. Eles mudaram a imprensa. Rio de Janeiro, FGV. 2003.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando e KORNIS, Mônica Almeida. Mídia e política no Brasil. Jornalismo e ficção. Rio de Janeiro, FGV. .2003.

AHMAD, Aijaz. Linhagens do presente. São Paulo, Boitempo. 2002

ALI, Tariq.Confronto de fundamentalismos. Cruzadas, jihad e modernidade. Rio de Janeiro, Record. 2002.

ALI, Tariq e BARSAMIAN, David. Imperialismo e resistência. São Paulo, Expressão Popular.2005

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. São Paulo, Unesp. 1996

BAKHTIN, Mikhail. 1979. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, HUCITEC.

BARBÃO, Marcelo.. “Kosovo e a ofensiva recolonizadora do imperialismo”. Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n.4, p.69-80. 2000.

BECKER, Howard S. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro, Zahar. 1977.

BOITO JR, A. et al. Marxismo e ciências humanas. São Paulo, Xamã/Fapesp. 2003

BORON, Atilio A.Império e imperialismo. Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri. Buenos Aires, Clacso. 2002.

BRAGA, Ruy.“Globalização ou neocolonialismo: o FMI e a armadilha do ajuste”. Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n.4, p.55-68.. 2000

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva.1974

_____. 1997. Sobre a televisão. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.São Paulo. Edusp,1998

CALIL, Gilberto. “História imediata e marxismo.” Comunicação apresentada no Simpósio Nacional da ANPUH, Londrina. 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus. 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Um historiador fala de teoria e metodologia. Ensaios. Bauru, EDUSC. 2005.

CECEÑA, Ana Esther y SADER, Emir (coord.). La guerra infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires, CLACSO. 2005.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo, Xamã. . 1996

CHOMSKY, Noam. 11 de setembro. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.. 2002

_____. O império americano. Hegemonia ou sobrevivência. Rio de Janeiro, Elsevier. 2004

CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. A manipulação do público. Política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo, Futura. 2003

CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza. Impacto das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo, Moderna. 1999

_____. Guerra e globalização. Antes e depois de 11 de setembro de 2001. São Paulo, Expressão Popular. 2004.

CUCHE, Denys.. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru, EDUSC. 1999

EAGLETON, Terry. A idéia de cultura. São Paulo, Unesp. 2005.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1990.

FACINA, Adriana. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2004

_____. 2004. Santos e canalhas: uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, FGV.

FERREIRA, Ruberval. Guerra na língua: -mídia, poder e terrorismo. Ceará. Eduece. 2005

FERRO, Marc. História das colonizações. Das conquistas às independências (séculos XIII a XX). São Paulo, Companhia das Letras. 1996.

FERRO, Marc (org.). O livro negro do colonialismo. Rio de Janeiro, Ediouro. 2004.

FIORI, José Luís (org.). O poder americano. Petrópolis, Vozes. 2004

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 1989

_____. O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Vozes. 1997.

GOFFMAN, Erving. Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1974

GOYZUETA, Verónica e OGIER, Thierry (orgs.). 2003. Guerra e imprensa. Um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque. São Paulo, Summus.

GRAMSCI, Antonio. Literatura e vida nacional. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1968.

_____. **Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1978.**

_____. **s.d. Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Círculo do Livro.**

HARDT, Michael e NEGRI, Toni. Império. Rio de Janeiro, Record. 2004

HARVEY, David.. O novo imperialismo. São Paulo, Loyola. 2004

HERRERA, Rémy. “Sob o véu da mundialização: crise, imperialismo e guerra”. Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n.9, p.7-21. 2003.

HOBBSBAWM, Eric. Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro, Forense Universitária. . 1986

_____. **Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras. 1995.**

_____. **A era dos impérios - 1875-1914. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1988.**

HOBBSBAWM, E. e RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1997.

HUNTINGTON, Samuel P.. Choque de civilizações. São Paulo, Objetiva. 1997

HUNTINGTON, Samuel P. e HARRISON, Lawrence E. Harrison. A cultura importa. Os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro, Record. 2002.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Ática. . 1996

JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina e SCHULMAN, Norma. O que é, afinal, estudos culturais? Belo Horizonte, Autêntica. . 2004

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia. Bauru, EDUSC. 2001.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado - contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto. 2006

KUPER, Adam. Cultura. A visão dos antropólogos. Bauru, EDUSC. 2002.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo, Boitempo 2004

LE GOFF, Jacques. A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LENIN, V.I. s.d. “El imperialismo, fase superior del capitalismo.” In: Obras escogidas. Moscou, Editorial Progreso. p.169-271.

LEWIS, Bernard. O Oriente Médio. Do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.1996

LINHARES, Maria Yedda. A luta contra a metrópole (Ásia e África). São Paulo, Brasiliense. 1981.

LOSURDO,Domenico.A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense.São Paulo.Boitempo.2010

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Rio de Janeiro, Zahar. 1983

MAGALHÃES, L. A. “Terror e preconceito - O que incomoda na revista Veja”. Observatório da imprensa. 19 set de 2001. www.obsertavoriodaimprensa.com.br.

MARRACH, Sonia Alem.” Mídias e história: A explosão do presente e a mudança da perspectiva histórica”. In: _____ (Org.). Desafios da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001

MÉSZÁROS, István. O século XXI. Socialismo ou barbárie? São Paulo, Boitempo. 2003.

MIRA,Maria Celeste.O leitor e a Banca de Revista: a segmentação da cultura no século XX.São Paulo.Olhos d`Água; FAPESP.2001

MORAES, Dênis. Planeta mídia. Tendências da comunicação na era global. Campo Grande, Letra Livre. 1998.

____. (org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro, Record. 2003.

NEGRI, Antonio. 5 lições sobre Império. Rio de Janeiro, DP&A. 2003.

PANIKKAR, K. M. A dominação ocidental na Ásia. Rio de Janeiro, Saga. 1965.

PERRAULT, Gilles.O livro negro do capitalismo. Rio de Janeiro, Record. 2000

PEREIRA,Matheus Henrique.A máquina da memória(almanaque abril) –o tempo presente entre a história e o jornalismo.São Paulo, Edusc,2009

PILGER, John. Os novos senhores do mundo. Rio de Janeiro, Record. 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). O século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. volumes I, II e III. 2000.

RÉMOND, René (ORG.) Por uma história política. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV. 1996.

RODRIGUES, José Carlos. Antropologia e comunicação: princípios radicais. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora PUC-Rio/Edições Loyola. 2003.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo, Paz e Terra. 2003.

SAID, Edward. Cultura e política. São Paulo, Boitempo.2003.

_____.Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo, Companhia das Letras. 2003.

_____.Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente. São Paulo, Companhia das Letras.1990.

_____. Cultura e imperialismo. São Paulo, Companhia das Letras. 1995.

SENNET, Richard.Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro, Record. 1997

SMITH, Anne-Marie.Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro, FGV. 2000

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Graal.1977

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das letras.1998.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia. Petrópolis, Vozes.1998.

TODD, Emmanuel.Depois do império. A decomposição do sistema americano. Rio de Janeiro, Record.2003.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo. Vol.II – a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis, Insular. 2005.

TRAVANCAS, Isabel.O mundo dos jornalistas. São Paulo, Summus.1993.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.1994.

VERÓN, Eliseo.Fragmentos de um tecido. São Leopoldo, UNISINOS. 2004.

WARNIER, Jean-Pierre. A mundialização da cultura. Bauru, EDUSC. 2000.

WILLIAMS, Raymond.Marxismo e literatura. Rio de Janeiro, Zahar. 1979.

_____. O campo e a cidade. Na história e na literatura. São Paulo, Companhia das Letras. 1989.

_____. Cultura. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1992.

ZANCHETTA JÚNIOR, Juvenal.Imprensa escrita e telejornal. São Paulo, Unesp. 2004.